

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALE DO JEQUITINHONHA E MUCURI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO –PPGED
DANIELLY PINHEIRO GUSMÃO SOUZA

**EFEITOS DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA “DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA-PDDE” NA E. E. COMENDADOR MURTA, EM ITINGA-MG, NA
PERCEPÇÃO DA SUA UNIDADE EXECUTORA**

Teófilo Otoni-MG

2017

Danielly Pinheiro Gusmão Souza

**EFEITOS DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA “DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA-PDDE” NA E. E. COMENDADOR MURTA, EM ITINGA-MG, NA
PERCEPÇÃO DA SUA UNIDADE EXECUTORA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. M.Sc. Simão Pereira da Silva

Teófilo Otoni-MG

2017

Ficha Catalográfica – Serviço de Bibliotecas/UFVJM
Bibliotecário Anderson César de Oliveira Silva, CRB6 – 2618.

S729e

Souza, Danielly Pinheiro Gusmão

Efeitos dos investimentos do programa “Dinheiro Direto na Escola-Pdde” Na E. E. Comendador Murta, em Itinga-MG, na percepção da sua unidade executora / Danielly Pinheiro Gusmão Souza. – Teófilo Otoni, 2018.

74 p. : il.

Orientador: Simão Pereira da Silva

Dissertação (Mestrado Profissional – Programa de Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. 2017.

1. Programa Dinheiro Direto na Escola. 2. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 3. Itinga - MG.I. Silva, Simão Pereira da. II. Título. III. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

CDD 372

Elaborado com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Danielly Pinheiro Gusmão Souza

**EFEITOS DOS INVESTIMENTOS DO PROGRAMA “DINHEIRO DIRETO NA
ESCOLA-PDDE” NA E. E. COMENDADOR MURTA, EM ITINGA-MG, NA
PERCEPÇÃO DA SUA UNIDADE EXECUTORA**

Dissertação apresentada ao Programa de PósGraduação em
Gestão de Instituições Educacionais, nível de Mestrado, como
parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. MSc. Simão Pereira da Silva

Data da aprovação 01/12/2017

Prof.^a Dr^a Geórgia Fernandes Barros - UFVJM

Membro externo

Prof. Dr. Antonio de Paduá Magalhães – UFVJM

Membro interno

Prof. MSc. Simão Pereira da Silva- UFVJM

Orientador

Teófilo Otoni

AGRADECIMENTOS

A Deus, por conceder-me a vida e a possibilidade de vivenciar inúmeras experiências como oportunidades de aprendizado.

A minha amada mãe, o mais forte pilar dessa minha conquista.

Ao meu irmão, o mais belo exemplo de vida e especial motivador dos meus sonhos. O homenzinho abençoado que se tornou minha fonte de energia.

Aos meus familiares, que mesmo distantes fisicamente se fizeram presente em todos os momentos. Agradeço cada uma das orações e investimentos financeiros.

A Guilherme Freire, Meu Bem, pelo apoio incondicional e companheirismo.

Ao meu mestre, exemplo de competência, que empenhou muito do seu tempo e esforços para que esse trabalho fosse realizado. A você, Simão Pereira da Silva, só posso dizer que sou grata pelos ensinamentos. Suas orientações jamais serão esquecidas!

A banca examinadora, Géorgia e Magalhães, pelas valiosas contribuições a qualidade desse estudo.

As amigadas que se concretizaram no decorrer do tempo. Amigos são seres criados para nos ensinar o mais válido significado da reciprocidade.

RESUMO

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), é um programa de financiamento educacional descentralizado. Tem por objetivo a melhoria na infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático visando a elevar os índices de desempenho da Educação Básica. Neste estudo, analisou-se a aplicação dos recursos do PDDE de 2009 a 2013 e os efeitos desses investimentos na Escola Estadual Comendador Murta, localizada em Itinga-MG. Os resultados demonstraram que as reuniões realizadas pela Unidade Executora (UEX) no período estudado trataram de assuntos relacionados à aplicação dos recursos financeiros, cuja finalidade era apresentar os recursos, aprovar prestações de contas e/ou concretizar licitação, destacando os aspectos burocráticos. Ademais, as análises apontaram que a aplicação dos recursos financeiros do PDDE atendeu necessidades importantes ao funcionamento da escola e, mesmo sem o planejamento adequado, contribuiu com o processo ensino-aprendizagem dos alunos. Todavia, a falta de transparência na gestão da UEX de 2011 a 2013 foi marcante. Para os membros da UEX, a aplicação dos recursos influenciou positivamente a realidade escolar, proporcionando modernização no processo de ensino-aprendizagem através de novas tecnologias, ocasionando melhorias no rendimento escolar, bem como nos resultados do IDEB. Contudo, para melhor aproveitamento dos recursos do PDDE, é necessário avançar em relação à quantidade dos recursos, democratização do acesso, flexibilidade na aplicação e planejamento por parte do Governo, no que se refere à destinação e valores dos repasses.

Palavras-chave: Programa Dinheiro Direto na Escola; IDEB ; Itinga-MG.

ABSTRACT

The Direct Financial Resources in School Program (PDDE), from the National Fund for Education Development in Brazil, is a decentralized educational funding program. It was created to improve physical and pedagogical infrastructure of schools and strengthen school self-management in the financial, administrative and didactic plans aiming to raise the performance indices of Basic Education. This study is focussed in the analysis of the resources from 2009 to 2013 and the of these investments in the Comendador Murta State School, located in Itinga-MG. The results showed that the meetings carried out by the Executing Unit (UEX) in the period studied dealt with matters related to the application of financial resources, whose purpose was to present resources, approve accounts and bidding, highlighting bureaucratic aspects. In addition, the analysis pointed out that the application of the financial resources of the Program met important needs for the school's operation and, even without adequate planning, contributed to the teaching-learning process of the students. However, the lack of transparency in the management of UEX from 2011 to 2013 was striking. For UEX members, the application of resources positively influenced the school reality, providing modernization in the teaching-learning process through new technologies, resulting in improvements in school performance, as well as the national education indicators like Ideb. However, in order to make better use of the resources of the PDDE, it is necessary to move forward in relation to the quantity of resources, democratization of access, flexibility in the application and planning by the Government, regarding the destination and values of the onlendings.

Keywords: Direct Financial Resources in School Program (PDDE); IDEB; Itinga-MG.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Média nacional do Ideb no período de 2009 a 2015	24
Tabela 2- Ideb de Minas Gerais 2009 a 2015	25
Tabela 3- Repasses do PDDE à E.E. Comendador Murta de 2009 a 2013.....	40
Tabela 4- Valores anuais do PDDE por aluno (em R\$) no período de 2009 a 2013.	40
Tabela 5- Valores do PDDE por categoria de gastos em 2009 e 2010	41
Tabela 6- Ideb da E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013.....	46
Tabela 7- Crescimento do Ideb da E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013	476
Tabela 8- Resultado médio dos investimentos <i>per capita</i> do PDDE na E.E. Comendador Murta.....	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Alterações na legislação do PDDE de 1997 a 2009	31
Quadro 2- Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE.....	33
Quadro 3- Aplicação dos recursos do PDDE na E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013.....	39
Quadro 4- Aquisições com o PDDE na E. E. Comendador Murta em 2009 e 2010.....	43
Quadro 5- Caracterização dos entrevistados.....	49
Quadro 6- Prioridades nas pautas das reuniões sobre o PDDE.....	50
Quadro 7- Participação dos membros da UEx nas decisões sobre o PDDE	51
Quadro 8- Prioridades na aplicação dos recursos do PDDE.....	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Distribuição dos recursos do PDDE entre custeio e capital na E. E. Comendador Murta de 2009 a 2012.....	41
Gráfico 2- Aplicação do recurso do PDDE na E. E. Comendador Murta em 2009 e 2010.....	42

LISTA DE SIGLAS

Anped- Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação

APM- Associação de Pais e Mestres

ATB-Auxiliar Técnico em Educação Básica

CF- Constituição Federal

CD/FNDE- Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

EM- Entidade Mantenedora

Enade- Exame Nacional de Desempenho de Estudantes

Enem- Exame Nacional do Ensino Médio

EJA- Educação para Jovens e Adultos

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

Fundef-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

Fundeb- Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

Fundescola- Fundo de Fortalecimento da Escola

MARE- Ministério da Administração e Reforma do Estado

Ideb- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

Inep-Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MG- Minas Gerais

OS- Organizações Sociais

PDDE- Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE-Plano de Desenvolvimento da Escola

PIB-Produto Interno Bruto

Pisa- Programa Internacional de Avaliação de Estudantes

PMDE- Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental

PNBE- Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE)

PNLD- Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)

ProEMI- Programa Ensino Médio Inovador

Proinfo- Programa Nacional de Informática na Educação

Saeb- Sistema de Avaliação da Educação Básica

SciELO-Scientific Electronic Library Online

TCU- Tribunal de Contas da União

UAB-Universidade Aberta do Brasil

UEx- Unidade Executora

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO	13
2. POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONAL	16
2.1 Gestão Democrática e Qualidade na Educação	22
2.2 Política Recente de Financiamento da Educação Básica	27
2.2.1 Pesquisas sobre o Financiamento Educacional	30
2.3 Programa Dinheiro Direto na Escola	31
2.3.1 Aplicação dos Recursos do PDDE	33
2.3.2 Pesquisas recentes sobre PDDE	35
3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	37
3.1 Aplicação dos Recursos do PDDE	37
3.1.1 Análise das atas da UEx da Escola Estadual Comendador Murta	37
3.1.2 Análise das prestações de contas da UEx da Escola Estadual Comendador Murta	38
3.2 Desempenho dos Alunos da Escola Estadual Comendador Murta no Ideb	46
3.2.1 Análise dos investimentos do PDDE e o desempenho dos alunos nos índices oficiais de educação	47
3.3 Avaliação do Colegiado	48
3.3.1 Perfil dos entrevistados	48
3.3.2 Autonomia na gestão dos recursos do PDDE	49
3.3.3 Aplicação dos Recursos do PDDE	54
3.3.4 Relação entre investimentos do PDDE e o IDEB	56
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE A- ROTEIRO DE ENTREVISTA AOS MEMBROS DA UNIDADE EXECUTORA (UEX)	72
ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP	73

1. INTRODUÇÃO

A Administração Pública¹ desempenha o importante papel de conduzir e definir as relações entre Estado e sociedade, tendo como propósito a realização dos interesses públicos. É com base na administração pública² que o Estado institui as políticas públicas, isto é, assume determinadas medidas para se atingir um objetivo em relação a um problema. Dessa forma, o Estado tem a responsabilidade de atender às demandas da sociedade. Dentre elas, destaca-se a política educacional, que possui programas e financiamento próprios.

Atualmente, a política educacional é concebida como uma política pública social que possibilita a diminuição das desigualdades, ao admitir o indivíduo como cidadão detentor de direitos; ela ainda pode ser considerada uma política setorial, pois se refere a um campo específico de atuação.

Consta na Constituição Federal de 1988 (CF/88):

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988, p.121).

Sobre a organização dos sistemas de ensino, o Capítulo III, Seção I, Art. 211, § 4º da CF/88 prescreve que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização obrigatória do ensino. A União organizará o sistema federal de ensino, os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil e os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente nos ensinos fundamental e médio.

Assim, compreende-se a existência de uma prescrição normativa ao Estado e seu governo, de elaboração e implementação de políticas públicas direcionadas à efetivação desse direito social, garantindo assim um direito subjetivo de acesso ao sistema de ensino público.

Uma política nacional de educação é mais ampla do que as leis propostas para organizá-la. Segundo Martins (2010), o financiamento da educação é um componente desta política, uma ferramenta de sua realização; mas, ao mesmo tempo, é uma política pública social setorial, que merece espaço próprio de estudo.

¹**Administração Pública** (com letra maiúscula) diz respeito a estrutura administrativa, isto é, representa o conjunto de órgãos, entidades e agentes que desempenham a função administrativa.

² **administração pública** (com letras minúsculas) refere-se a atividade administrativa.

As políticas educacionais propiciaram a realização de programas e ações direcionados pela União aos Estados e Municípios. No plano do financiamento, o Governo Federal criou o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Este é um importante programa de financiamento educacional com características de descentralização.

Sua abrangência inclui escolas públicas do ensino básico, das redes estadual e municipal e as escolas de educação especial mantidas por organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Sua descentralização consiste no repasse de dinheiro diretamente às escolas para custeio e manutenção de suas atividades, com recursos administrados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), cujo critério básico de transferência é o número de alunos matriculados.

Deste modo, observa-se que o investimento desses recursos na educação básica tem como finalidade proporcionar melhorias na infraestrutura física e pedagógica das escolas, reforçar a prática da autogestão e viabilizar a elevação dos índices de desempenho da educação básica.

Neste estudo, analisou-se a gestão dos recursos do PDDE de 2009 a 2013 e seus efeitos na realidade escolar, tendo como problema de pesquisa os investimentos desse programa na Escola Estadual Comendador Murta, localizada em Itinga-MG. O estudo partiu do seguinte questionamento: como os investimentos do PDDE, de 2009 a 2013, podem ter influenciado a infraestrutura física e pedagógica da Escola Estadual Comendador Murta de Itinga-MG.

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar efeitos da aplicação dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2009 a 2013 na Escola Estadual Comendador Murta em Itinga-MG. Como objetivos específicos, a pesquisa se propôs a conhecer a aplicação do volume de recursos destinados à escola e seus resultados no período de 2009 a 2013; debater a possibilidade de uma razão entre a aplicação do PDDE e o desempenho escolar no período de 2009 a 2013; e levantar informações com o colegiado da escola, atuante de 2014/2016, sobre os efeitos do PDDE, e principalmente a sua influência no desempenho dos alunos nos índices oficiais de aproveitamento escolar estabelecidos pelo Governo.

Para alcançar esses objetivos, adotou-se como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O estudo teve uma abordagem qualitativa, mediante a aplicação da técnica de análise de conteúdo, e finalidade descritiva, tendo como objeto de análise os efeitos dos investimentos realizados pelo PDDE na Escola Estadual Comendador Murta de 2009 a 2013. Esta escola atende 639 alunos nos níveis de ensino Fundamental II, Médio e Educação para Jovens e Adultos (EJA-Fundamental e Médio), em Itinga-MG.

A realização do estudo, nesta perspectiva de análise, está ancorada na constatação de que, embora a aplicação de recursos seja um tema preponderante e determinante no campo educacional, político e social, há uma carência de estudos dessa natureza no conjunto da produção acadêmica e científica nacional (SANTOS, 2013).

2. POLÍTICA EDUCACIONAL NACIONAL

A Educação, em sentido amplo, é aquilo que pode ser realizado para desenvolver o ser humano e, em sentido restrito, diz respeito à instrução e ao desenvolvimento de competências e habilidades do indivíduo. A escola é o espaço onde acontece a reprodução das relações sociais com suas incoerências e similaridades, além de ocorrer a aquisição-percepção do conhecimento, assinalando assim, o processo de circulação de ideologias, ora protagonizado pela classe dominante, ora sufocado, reprimido e controlado por esta última (MOREIRA, 2012).

Considerando que o equilíbrio social depende de uma educação de qualidade, Viana (2006, p 137) entendeu ser

essencial que ela seja percebida, não apenas como o acesso ao conhecimento, mas, sobretudo, como instrumento fundamental na transformação e no desenvolvimento do homem, permitindo-lhe uma formação cidadã e humana.

A escola configura-se ambiente apropriado para aprendizados críticos e autônomos. Entretanto, não se constitui satisfatório, à promoção da cidadania, o ensino somente da leitura e escrita, é necessário o empenho das instituições na formação de sujeitos participativos nas manifestações por justiça social e na transformação da realidade (SANTOS, 2010).

Freire (2002) afirmou que a educação é uma forma de intervenção no mundo. Esta intervenção, além do conhecimento dos conteúdos bem ou mal ensinados/aprendidos, provoca tanto o esforço de reprodução da ideologia dominante quanto o seu desmascaramento. Dialética e contraditória, não poderia ser a educação só uma ou só a outra dessas coisas.

Tendo em vista sua função social, a educação escolar é objeto de políticas públicas; assim, o Estado cumpre destacado papel nos processos formativos, por meio dos diferentes níveis, ciclos e modalidades educativas. Analisá-la é um processo complexo, pois as contingências que a cercam são múltiplas e os fatores que a determinam têm sido objeto de leis, políticas e programas nacionais (CURY, 2002).

Em relação às políticas públicas sociais, a atuação do Estado é alterada conforme o momento histórico. Nessa direção, Shiroma, Moraes e Evangelista (2011, p. 47) esclareceram que

mecanicamente- e repetindo uma velha máxima salvacionista, atribuiu-se à educação o condão de sustentação da competitividade nos anos 1990. Vasta documentação internacional, emanada de importantes organismos multilaterais, propalou esse ideário mediante diagnósticos, análises e propostas de soluções consideradas cabíveis a todos os países da América Latina e Caribe, no que toca tanto à educação quanto à economia. Essa documentação exerceu importante papel na definição das políticas públicas no País.

No Brasil, a implementação desse ideário iniciou com a elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos em 1993; no entanto, adquiriu concretude nos anos posteriores. Em 1995, o governo Fernando Henrique Cardoso criou o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado apresentado pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). Este documento registra a redefinição do papel do Estado, em que este deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social pela via da produção de bens e serviços, para se colocar na função de promotor e regulador desse desenvolvimento.

Esta função regulatória apresenta-se como uma questão essencial, uma vez que os projetos de política educacional passaram a ser fundamentados nesse pressuposto. Ramos (2012, p. 60) afirmou que

os anos de 1990 [...] são ideologicamente marcados pela hegemônica crença na necessidade de reestruturação das políticas nacionais dentro de uma lógica produtivista, como suposta estratégia para sobrevivência dos países no capitalismo global.[...] Sustentava-se, então, a defesa de um novo modelo de Estado, o “Estado Mínimo”, em contraposição ao modelo de “Estado de Bem Estar Social” e o “Estado Keynesiano”, caracterizados, respectivamente, pelo papel de agente da promoção dos direitos sociais e pelo papel de regulador e organizador do mercado.

Com base nesse quadro, Peroni (2004, p. 54-55) relatou que:

ao analisarmos os projetos de política educacional, constatamos que a redefinição do papel do Estado está se materializando nessa política, principalmente através da contradição Estado mínimo/ Estado máximo, que se apresenta nos processos de centralização/descentralização dos projetos de política educacional, e, do conteúdo dos projetos de descentralização.

Desse modo, configura-se um modelo de Estado com características descentralizantes, principalmente no campo das ações sociais; embora centralizador em suas definições prévias de objetivos, rumos, decisões, regulamentações, avaliação, no campo político-social, de modo que a redefinição de suas funções não tenha implicado na diminuição ou descentralização do seu poder (RAMOS, 2012).

Entende-se que a incoerência reside, sobretudo, no fato de que o financiamento educacional tornou-se descentralizado, embora o controle deste ainda esteja centralizado no aparelho do Estado. Acredita-se que os processos baseados nessa premissa se caracterizam como práticas desconcentradoras, em que as instituições escolares são entendidas como unidades administrativas detentoras do compromisso de colocar em ação políticas idealizadas em nível federal.

Desse modo, a política educacional do Estado brasileiro, visando ao aumento da produtividade mediante novas formas de gerenciamento, inseriu mudanças no sistema de ensino, com proeminência nas modificações no interior da instituição escolar (Yanaguita, 2013). Deixa-se, desse jeito, para o poder local o tratamento dos complexos problemas que comprometem a qualidade dos processos de escolarização.

Confirmando esta observação, Azevedo (2002) entendeu que a ideia da descentralização é completamente ressignificada, pois sempre foi reconhecida pelas forças progressistas com as aspirações por maior participação nas decisões e, portanto, com práticas democráticas substantivas. Além dessa característica, a privatização, a publicização e a terceirização integraram o plano de reforma do Estado no Brasil.

Nota-se que essas propostas têm como cerne a limitação ou eliminação das despesas do Estado. Para Palma Filho (2005, p. 33)

os anos 90, no campo da educação, caracterizam-se pelo abandono da tese da necessidade de investir em educação pública em todos os graus de ensino, com a finalidade de propiciar uma formação técnico-científica a todos os segmentos sociais e, com isso, favorecer a mobilidade social.

Com base nessas mudanças, as políticas oficiais para a educação começaram a conjugar os conceitos pedagógicos com a teoria econômica do liberalismo. Para Frigotto e Ciavatta (2003, p.108)

a dimensão talvez mais profunda e de consequências mais graves situa-se no fato de que o Governo Fernando Henrique Cardoso, por intermédio do Ministério da Educação, adotou o pensamento pedagógico empresarial e as diretrizes dos organismos e das agências internacionais e regionais, predominantemente a serviço desse pensamento, como diretriz e concepção educacional do Estado. Trata-se de uma perspectiva pedagógica individualista, dualista e fragmentária, coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização e com o desmonte dos direitos sociais ordenados por uma perspectiva de compromisso social coletivo. Não é casual que a ideologia das competências e da empregabilidade esteja no centro dos parâmetros e das diretrizes educacionais e dos mecanismos de avaliação.

Santos (2010) explicou que esta pedagogia tem como um de seus principais pilares a concepção de habilidades e competências, na qual todo indivíduo terá que adquirir um conjunto de habilidades mediante as quais desenvolva as capacidades desejadas pelo mercado empresarial. Nesta proposição, o aprender está interligado às vantagens mercantis disponibilizadas para os estudantes e a qualidade do conteúdo educacional fica vinculada à utilidade marginal da mercadoria.

Para satisfazer os compromissos com essa demanda, as diretrizes do Planejamento Político-estratégico de 1995-1998, em consonância com proposta de governo “Mãos à Obra Brasil”³, foram direcionadas às prioridades do governo federal, segundo Yanaguita (2013, p.33):

o ensino fundamental; a valorização da escola e de sua autonomia, bem como de sua responsabilidade perante o aluno, a comunidade e a sociedade; a articulação de políticas e de esforços entre as três esferas da Federação, de modo a obter resultados mais eficazes e utilização de recursos políticos e financeiros para garantir a equidade e a eficiência do sistema; a implantação de um canal de televisão via satélite, voltado para o atendimento à escola, ensejando novas formas de gestão escolar e parcerias com os governos estaduais.

Para mais, foram consideradas como medidas indispensáveis à inovação: a Emenda Constitucional nº 14/96 - que modificou os artigos 34, 208, 211 e 212 da Constituição Federal e deu nova redação ao artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - a Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - promulgada em dezembro de 1996 - um Conselho Nacional de Educação menos burocrático, alterações nas regulamentações para garantir maior autonomia à escola e ênfase na avaliação de resultados, como forma de controle mais eficiente.

A política de ensino fundamental, na sua esfera organizativa e pedagógica, foi eleita como prioridade central. Como resultado,

a educação infantil, foi delegada aos governos municipais ou às famílias, com a penalização da classe trabalhadora. A educação de jovens e adultos passou a se reduzir às políticas de formação profissional ou requalificação deslocada para o Ministério do Trabalho ou para iniciativas da sociedade civil. (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003, p.114).

Na educação média, a política foi regredir ao dualismo estrutural entre o ensino médio acadêmico e técnico. Em nível superior, optou-se deliberadamente pela expansão descomedida do ensino privado (FRIGOTTO; CIAVATTA, 2003). Dessa maneira, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, a educação de nível médio e superior estiveram em segundo plano.

Ao longo dos anos 1990, a política educacional dispersou-se em uma profusão de medidas que reformaram profundamente o sistema educacional brasileiro. Essas reformas encontraram apoio em justificativas elaboradas por técnicos de organismos multilaterais e

³ Em 1994, é apresentado “Mãos à obra, Brasil: Proposta de Governo”, um projeto de desenvolvimento do país que traz considerações sobre a economia brasileira, desenvolvimento socioeconômico, programa de governo, etc.

intelectuais no País. Difundiram uma prática que se tornou um fato na condução das políticas públicas: a formação de instâncias tripartites, envolvendo empresários e trabalhadores para discutir com o governo os rumos da educação brasileira (SHIROMA;MORAES; EVANGELISTA, 2011).

As consequências dessas políticas neoliberais já se fazem notar. A execução do ideário neoliberal consubstanciado em ações do tipo, causou diminuição da esfera de atuação estatal, por meio da desregulamentação, privatização de empresas públicas e terceirização de alguns serviços públicos, para citar apenas alguns exemplos. Isto não só conseguiu debelar a grave crise estrutural que o sistema enfrenta, como agravou os problemas sociais (PALMA FILHO, 2005).

Em síntese, estas políticas traduzem as intenções do Poder Público e, ao serem transformadas em práticas, se materializam na gestão. A gestão educacional, por sua vez, é o espaço das ações dos governos (federal, estaduais e municipais), enquanto que a gestão escolar, refere-se ao campo de abrangência dos estabelecimentos de ensino.

Para Gomes (2002, p. 09) a gestão educacional

proporciona macrovisões que orientam os caminhos por onde se trilha. Não se trata, é claro, de confundir gestão educacional com eficientismo, com administrativismo ou como simples receitas para melhor combinar ou aproveitar os recursos que se encontram e podem colocar-se ao dispor da educação. A necessidade de tais macrovisões é premente, na medida em que a aceleração da história nos impele a tomar decisões rápidas. No entanto, o Brasil carece de discussões aprofundadas nessa área, especialmente as que, considerando as contribuições internacionais, saibam reduzi-las à nossa realidade.

No que concerne à gestão escolar, ela ultrapassa o sentido de mobilizar as pessoas para a realização eficaz das atividades, já que implica intencionalidade, definição de um rumo e uma tomada de decisão diante dos objetivos sociais e políticos de uma escola. A escola, ao cumprir sua função social intervém na formação da personalidade humana e não é possível estruturá-la para o cumprimento da sua função social, sem levar em consideração objetivos políticos, técnicos e pedagógicos (CAMPOS; SILVA, 2009).

Vieira (2007) diz que a política educacional está para a gestão educacional como a proposta pedagógica está para a gestão escolar. Assim, é lícito afirmar que a gestão educacional situa-se na esfera macro, ao passo que a gestão escolar localiza-se na esfera micro.

Ciente do importante papel atribuído à gestão educacional e à gestão escolar, serão apresentadas, na sequência, discussões sobre a gestão democrática com suas características e implicações na qualidade da educação.

2.1 Gestão Democrática e Qualidade na Educação

A gestão democrática da educação é atualmente um valor já consagrado no Brasil e no mundo; no entanto, não está totalmente compreendido e incorporado à prática social e educacional brasileira e global. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996 em seu Art.15, estabeleceu que

os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público.

A participação e a autonomia são componentes da democratização. No plano do financiamento, o PDDE é uma medida implementada pelo Governo Federal, que privilegia a descentralização, os processos participativos e a autonomia da gestão escolar (CARDOSO, 2009).

Uma das finalidades do PDDE consiste em

reforçar a autonomia gerencial e a participação nas unidades de ensino de alunos, pais de alunos, professores, diretores e demais profissionais da Educação, colaboradores, voluntários e todos aqueles irmanados pelo propósito comum de tornar a escola uma organização que propicie ensino de qualidade. (FNDE, 2007, p. 01).

Ademais, para ter acesso a esse programa, é necessário que as escolas criem uma Unidade Executora (UEX). Conforme a Resolução 03, de 04 de março de 1997, a UEX é definida como

uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, representativa da comunidade escolar (caixa escolar, conselho escolar, associação de pais e mestres, etc.), responsável pelo recebimento e execução de recursos financeiros recebidos pelo FNDE. (BRASIL, 1997, p. 04).

Seu propósito é a participação de todos na sua constituição e gestão pedagógica, administrativa e financeira da instituição escolar. O imprescindível é que, ao instituir sua Unidade Executora, a escola incorpore pais, alunos, funcionários, professores e membros da comunidade, de modo que esses segmentos sejam representados em sua composição (FNDE, 2009).

O ideal democrático pressupõe cidadãos atentos à evolução do setor público, bem informados acerca das situações políticas e dos problemas sociais, capazes de optar

conscientemente entre as distintas alternativas proporcionadas pelas forças políticas e preocupados em participar de formas diretas ou indiretas.

Portanto, a gestão democrática é atitude e método. A atitude democrática é indispensável, mas não é suficiente; por isso, é preciso métodos democráticos de efetivo exercício da democracia. Ela também é um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho (GADOTTI, 1992).

A necessidade de processar uma gestão com premissa participativa e autônoma na tomada de decisões sobre a organização e o funcionamento da instituição está ancorada na concepção de que a capacidade da comunidade escolar responder às suas demandas colabora para a efetivação de uma educação de qualidade e equidade (FIALHO; TSUKAMOTO, 2014).

No caso brasileiro, observa-se que a concretização de uma escola de qualidade se configura como um grande desafio. Sobre a qualidade da educação, Dourado e Oliveira (2009, p.202) afirmaram que

[...] a qualidade tem base em uma perspectiva polissêmica, em que a concepção de mundo, de sociedade e de educação evidencia e define os elementos para qualificar, avaliar e precisar a natureza, as propriedades e os atributos desejáveis de um processo educativo de qualidade social.

Falar em qualidade social da educação é pensar em uma nova qualidade, que se acentua o aspecto social, cultural e ambiental da educação, em que se valoriza não só o conhecimento simbólico, mas também o sensível e o técnico. Na educação, a qualidade está ligada diretamente ao bem viver de todas as nossas comunidades, a partir da comunidade escolar, pois a educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno e da comunidade é ruim (GADOTTI, 2013).

Esse assunto é complexo e deixa evidente que progredir em um ou dois aspectos não é suficiente para melhorar a educação como um todo. Para Dourado e Oliveira (2009, p. 205)

a qualidade da educação envolve dimensões extra e intraescolares e, nessa ótica, devem se considerar os diferentes atores, a dinâmica pedagógica, ou seja, os processos de ensino-aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem, bem como os diferentes fatores extraescolares que interferem direta ou indiretamente nos resultados educativos.

Em suma, não há um padrão ou uma receita única para se ter escolas de qualidade, pois “qualidade” é um conceito dinâmico, constantemente reconstruído. Cada escola deve ter autonomia para refletir, propor e agir na busca da qualidade da educação. Aferir a qualidade do

ensino, de fato, é uma questão primordial para a indução de políticas educacionais. Para Jeffrey (2012, p. 43),

entre as principais problemáticas criadas diante o monitoramento do sistema e da tentativa de indução das políticas públicas educacionais, pode-se destacar a dificuldade existente para definir o termo qualidade, identificar o nível de responsabilização dos órgãos centrais, intermediários e locais nos resultados obtidos, diagnosticar as formas de adaptação dos sistemas de ensino às práticas avaliativas sistêmicas na organização e rendimento escolar.

No cenário brasileiro, fortemente marcado por desigualdades regionais, estaduais, municipais e locais, por uma grande quantidade de redes e normas nem sempre articuladas, além do desafio de assegurar educação de qualidade para todos, tem-se ainda que avançar em relação aos indicadores comuns (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

É neste sentido que, em 2007, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) criou o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Becker e Costa (2014, p. 07) reconheceram que o Ideb é seguramente o principal indicador de desempenho da educação básica, usado como parâmetro em programas do MEC e mesmo em alguns programas e políticas públicas desenvolvidos em âmbito subnacional.

Assim, o Ideb tem a finalidade de cooperar para o estabelecimento das metas educacionais no curto, médio e longo prazos. As tabelas a seguir expõem os resultados obtidos no Ideb em nível nacional, estadual e municipal, bem como as respectivas metas planejadas.

Tabela 1: Média nacional do Ideb no período de 2009 a 2015

		IDEB OBSERVADO				METAS				
		2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015	2021
Anos Finais do Ensino Fundamental	Brasil	4.0	4.1	4.2	4.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
	Estadual	3.8	3.9	4.0	4.2	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
	Municipal	3.6	3.8	3.8	4.1	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Ensino Médio	Brasil	3.6	3.7	3.7	3.7	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3
	Estadual	3.4	3.4	3.4	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9

Fonte: Inep, 2017.

A partir desses dados, verifica-se que em 2009 e 2011 o Ideb nacional, em relação aos anos finais do ensino fundamental, esteve acima da meta almejada e que seu crescimento teve continuidade em 2013 e 2015, porém não atingiu a meta estipulada para esses anos. Tratando do ensino médio, somente em 2009 o desempenho no Ideb superou a meta.

O desempenho estadual nos anos finais do ensino médio superou a meta em 2009 e 2011; todavia, em 2013 e 2015, o resultado foi inferior, mesmo mantendo a ampliação dos

resultados. Sobre o ensino médio, em 2015, o desempenho ficou abaixo da meta. Cabe mencionar que, em 2009, 2011 e 2013, os índices obtidos permaneceram iguais. Especificamente sobre Minas Gerais, apresenta-se a tabela 2.

Tabela 2: Ideb de Minas Gerais de 2009 a 2015

	IDEB OBSERVADO				METAS				
	2009	2011	2013	2015	2009	2011	2013	2015	2021
Anos Finais do Ens.Fundamental	4.3	4.6	4.8	4.8	3.9	4.2	4.6	5.0	5.7
Ensino Médio	3.9	3.9	3.8	3.7	3.9	4.1	4.3	4.7	5.6

Fonte: Inep, 2017.

Em relação aos anos finais do ensino fundamental, verifica-se que, somente em 2015, Minas Gerais não atingiu a meta traçada. Já no ensino médio, apenas no ano de 2009 o resultado foi igual ao estabelecido.

A introdução desse indicador colocou no centro dos debates sobre educação no País a ideia de que atualmente os sistemas educacionais brasileiros devem ser avaliados não apenas pelos seus processos de ensino e gestão, mas principalmente pelo aprendizado e a trajetória escolar dos alunos. A valorização dos resultados estava ausente nas análises até então dominantes da educação básica brasileira, que eram centradas na questão de expansão dos sistemas (SOARES, XAVIER, 2013). Nessas abordagens,

a solução para os problemas educacionais era sempre a expansão de algum aspecto dos sistemas educacionais: mais horas-aula, mais etapas obrigatórias, mais recursos, mais escolas e mais professores. O Ideb, sem questionar a necessidade de novos recursos e expansões, coloca o aprendizado e a regularidade na trajetória escolar dos alunos como elementos essenciais de um sistema educacional.(SOARES, XAVIER, 2013, p. 904).

O Ideb é uma combinação de outros dois indicadores: Sistema de Avaliação da Educação Básica-Saeb e Prova Brasil, referentes respectivamente à taxa média de aprovação dos alunos e aquele que se pautava na pontuação média dos alunos em exames padronizados. O Saeb diferencia-se por avaliar o fim de cada segmento da educação básica, do 5º ano ao 9º do ensino fundamental e 3º do ensino médio. A Prova Brasil, por sua vez, avalia apenas o 5º ano e 9º anos, em escolas públicas (COSTA,2010).

De acordo com Santos (2016, p. 79),

a justificativa para aplicação das provas mediante esses pontos de corte repousa sobre a Teoria Construtivista (um dos elementos de referência na elaboração desses instrumentos), que parte do princípio de que a ação escolar promove a consolidação de determinadas estruturas mentais imbricadas nas competências que se desejam desenvolver. Assim, entende-se que uma avaliação composta de testes elaborados com conteúdos similares, mas colocados em diferentes graus de complexidade, poderia ser suficiente para verificar quanto as escolas e os sistemas de ensino têm feito no sentido de levar os estudantes a tal consolidação de estruturas esperadas para cada segmento.

O Ideb foi desenvolvido para ser um indicador que sintetiza informações de desempenho em exames padronizados, com informações sobre rendimento escolar (taxa média de aprovação dos estudantes na etapa de ensino). Sua importância - no que se refere ao diagnóstico e norteamto de ações políticas focalizadas na melhoria do sistema educacional - está em detectar escolas e/ou redes de ensino cujos alunos apresentem baixa performance quanto ao rendimento e proficiência - já que seus resultados são divulgados por escola e rede de ensino - e monitorar a evolução temporal do desempenho dos alunos dessas escolas e/ou redes de ensino (BRASIL, 2011).

Para Jeffrey (2012, p. 42), “além da definição de metas educacionais, o IDEB vem sendo utilizado como indicador necessário para a constituição de ações específicas nos Municípios e Estados, em regime de colaboração com a União, que oferece assistência técnica e financeira aos demais entes federados.”

Vidal e Vieira (2011, p.426) afirmaram que

a criação desse índice teve como objetivo construir um padrão, cujas variáveis pudessem ser desagregadas por sistemas de ensino e escolas, possibilitando que o processo de descentralização da educação adotado passasse a dispor de mecanismos de monitoramento e avaliação consistentes.

Os resultados obtidos através desse indicador têm influenciado diretamente as ações governamentais na formulação e na indução de políticas públicas, até mesmo o estabelecimento de prioridades para destinação de recursos financeiros a educação básica. Este indicador influencia, inclusive, os repasses feitos pelo PDDE.

A Resolução nº 9 de 24 de Março de 2007, por exemplo, determinou que

§ 6º as transferências de recursos do PDDE serão acrescidas de uma parcela extra de 50%, a título de incentivo, concedida a todas as escolas públicas rurais, no presente e nos dois próximos exercícios, e também, de acordo com o plano de metas Compromisso Todos pela Educação, nos dois próximos exercícios, às escolas públicas urbanas que cumprirem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) estipuladas para o ano de 2007 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), observando o critério da proporcionalidade das matrículas nas escolas que atendam as duas fases do ensino fundamental.

Essa parcela extra de incentivo representa um importante acréscimo nos valores recebidos pelas escolas.

2.2 Política Recente de Financiamento da Educação Básica

A vinculação de recursos financeiros para a educação é matéria consensual entre intelectuais, pesquisadores, governantes e políticos, reforçando o ideário de que a vinculação legal de recursos financeiros para a educação brasileira é a forma política, econômica e financeira de garantir o direito de educação de qualidade para os brasileiros em idade escolar (SANTOS, 2013).

Em virtude dessa importância, estudos que procuram conhecer a aplicação do volume de recursos destinados à escola e seus resultados, produziram valiosas contribuições para compreensão da realidade escolar em diversos cenários, disponibilizando informações atualizadas para a concepção, implantação, implementação e/ou avaliação de políticas públicas educacionais.

A Constituição Federal de 1988, definiu, no Art. 211, que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão em regime de colaboração seus sistemas de ensino”. Para isso,

§ 1º A União organizará o sistema federal de ensino e o dos Territórios, financiará as instituições de ensino públicas federais e exercerá, em matéria educacional, função redistributiva e supletiva, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

Esta função redistributiva corresponde ao desenvolvimento de ações públicas amparadas no princípio da equidade; em outras palavras, é a destinação de um quantitativo maior de recursos para escolas e redes em condições desfavoráveis. Farenzena (2010) confirmou que a atuação da União envolve ações que suplementam a manutenção da educação por parte de governos estaduais e prefeituras, por intermédio de transferências de recursos financeiros e assistência técnica (por exemplo, programas de capacitação/formação de professores e outros profissionais, realização de estudos e avaliações).

Assim, o atendimento à educação básica pública é majoritariamente concretizado em escolas estaduais e municipais, visto que:

§ 2º Os Municípios atuarão prioritariamente no ensino fundamental e na educação infantil.

§ 3º Os Estados e o Distrito Federal atuarão prioritariamente no ensino fundamental e médio.

§ 4º Na organização de seus sistemas de ensino, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios definirão formas de colaboração, de modo a assegurar a universalização do ensino obrigatório. (BRASIL, 1988, p. 122).

Além disso, esse marco legal determinou que a União deverá aplicar anualmente, no mínimo dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, nunca menos que vinte e cinco por cento da receita resultante de impostos na educação, compreendida a receita proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino público. Também, a educação básica terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação que será distribuída proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino.

Na prática, verifica-se que essas determinações têm gerado resultados complexos, visto que vivencia-se certo descompromisso da esfera federal, assim como gera sobrecarga de responsabilidades dos municípios para com a educação básica regular.

Ao longo das últimas décadas concretizaram-se avanços na política de financiamento da educação básica brasileira. Na atualidade, dois fundos regulam grande parte dos recursos destinados à educação no Brasil: o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE). Embora no âmbito das propagandas governamentais e na apresentação oficial tais fundos sejam apresentados com um formato que dá a entender que compõem políticas públicas distributivas, verifica-se que correspondem a políticas públicas redistributivas (SANTOS, 2016).

Segundo Fabrino (2015), várias políticas de financiamento da educação seguem o parâmetro de conter formulações neutras e criativas, com relativo equilíbrio entre a técnica e a política, o que lhes tem garantido boa dose de efetividade e sucesso aos fins aos quais se propõem. Na educação básica, são exemplos os fundos de manutenção e desenvolvimento da educação (Fundef e Fundeb), pelas fórmulas de se apurar o custo efetivo por aluno, a partir das contribuições de cada ente federado para um fundo educacional que contemple o número de matrículas abertas em cada rede escolar.

Contudo, Pinto (2002) afirmou que o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) - criado pelo Governo Federal em 1996 e instituído pela Emenda Constitucional n.º 14 de setembro de 1996 - é considerado

na literatura como indutor da municipalização do ensino e como ferramenta para maior desresponsabilização da União com relação à educação básica.

Peroni (2000, p. 15) destacou que

[...] com o Fundef, o Governo Federal propõe uma descentralização de responsabilidades e não de recursos; pois, com a emenda constitucional que propôs o Fundef, esse governo diminui sua contribuição financeira para com o ensino fundamental, tendo-se como referência aquela prevista na Constituição, antes da emenda.

Após dez anos, permitiu-se a ampliação deste financiamento para todas as etapas da educação básica, mediante a criação do Fundeb, pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007.

Para Azevedo (2002), as questões do financiamento da educação básica demonstram que as municipalidades brasileiras se tornaram as responsáveis pelo aumento das matrículas na educação infantil e na de jovens e adultos, além de, progressivamente, estarem assumindo a oferta da educação fundamental, o que anuncia as tentativas de cumprimento das normas legais prescritas na nossa Constituição e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Com a Constituição Federal de 1988 e a LDB, surgiu um conjunto de projetos e Programas que buscam dar conta das ações supletivas e redistributivas da União, designadas à prestação de assistência técnica e financeira aos demais entes federativos, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento de seus sistemas de ensino e de ações assistenciais.

Inserido nesse grupo, encontra-se o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), órgão de administração indireta, vinculado diretamente ao MEC que,

participa do processo de definição das políticas, dependendo do contexto, em questões de fundo programático ou de caráter mais operacional, embora se verifique situações em que a própria autarquia é proponente de políticas (CRUZ, 2009, p. 213).

Sabe-se, ainda, que os recursos do FNDE são direcionados aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às organizações não-governamentais sem fins lucrativos para atendimento às escolas públicas de educação básica (CRUZ, 2009).

Dessa forma, o FNDE financia e gerencia um amplo conjunto de ações e programas assistenciais e de apoio ao desenvolvimento educacional, dentre os quais se destacam o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), a TVEscola, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola), o Programa Nacional de

Informática na Educação (Proinfo), o Programa de Aceleração da Aprendizagem e o Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

2.2.1 Pesquisas sobre o Financiamento Educacional

O tema do financiamento da educação é recorrente no cenário político institucional e gradativamente vem adquirindo destaque no meio acadêmico. Lima e Viriato (2000) apontaram que a descentralização, a participação e a autonomia estão presentes nos projetos dos Estados de São Paulo e Paraná, entretanto a prática contrapõe-se à concepção de descentralização como sinônimo de democracia e de participação e de autonomia como possibilidade de tomada de decisões nos assuntos inerentes à educação.

Souza Junior (2004) mencionou a falta de transparência na utilização dos recursos do FUNDEF e a falta de preparo técnico dos Conselheiros para acompanhar os demonstrativos mensais e balancetes das contas governamentais, e ainda destacou o caráter oficialista dos Conselhos.

Rezende (2005) considerou que a descentralização na educação permitiu uma autonomia limitada, devido à carga normativa exacerbada sobre as unidades escolares e submissão escolar ao controle, por parte do setor de finanças responsável por fazer cumprir as normas que sobrelevam as decisões da escola.

Oliveira (2006) afirmou que houve o fortalecimento da tutela do Estado como o gerenciador da educação na Bahia, através do processo de “gestão cooperada” que possibilita a concretização dos princípios do centralismo e do controle na formulação de políticas públicas.

Cunha (2006) assinalou o crescimento das preocupações com os rumos das políticas empreendidas no Brasil nos últimos tempos e que, mesmo de maneira dispersa, as instituições de ensino e de pesquisa têm estado atentas para os novos movimentos e as novas dinâmicas do setor educacional.

Castro e Duarte (2007) trataram sobre o forte processo de municipalização e desresponsabilização do Governo Federal no financiamento da educação básica.

Estes estudos confirmam o caráter descentralizador das ações governamentais da área de educação a partir da década de 90, que, na prática, se realiza como “gestão cooperada”, configurando, no entanto, um projeto de descentralização distorcido e desvirtuado. Na verdade, o que acontece é o fortalecimento do Estado no papel de “regulador”, no qual as escolas se deparam com estreitos limites de autonomia e participação, e enfrentam uma carga normativa exacerbada.

2.3 Programa Dinheiro Direto na Escola

O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do FNDE, é um incentivo à educação, que tem proporcionado avanço educacional e transformações na realidade das escolas públicas de educação básica no Brasil. Este programa integra várias ações e objetiva a melhoria na infraestrutura física e pedagógica das escolas e o reforço da autogestão escolar nos planos financeiro, administrativo e didático, visando à elevação dos índices de desempenho da educação básica.

O PDDE reúne várias modalidades: o PDDE Escola Campo, O PDDE Manutenção, o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), o PDDE Escola Acessível, o PDDE Água na Escola, o PDDE Educação Integral, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI) e o PDDE Funcionamento das Escolas nos Finais de Semana.

Segundo Pinheiro (2012, p. 13),

cada uma dessas modalidades possui verbas específicas para determinado contexto, como o PDDE Manutenção, que tem como objetivo manter a infraestrutura básica; o PDDE Escolas de fim de semana pretende manter as escolas abertas para a comunidade nos finais de semana; o PDE Escola tem como propósito atender às escolas públicas que não tiveram desempenho satisfatório no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o PDDE Educação Integral é destinado a manter a escola funcionando sete horas por dia. Este último programa será a base deste plano de ação educacional por ter sido a modalidade que mais recebeu investimentos nos últimos anos.

Foi criado em 1995, com o nome de Programa de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (PMDE), no entanto, essa denominação foi alterada para Programa Dinheiro Direto na Escola – Medida Provisória nº. 1.784, de 14 de dezembro de 1998 e, com o passar do tempo, sofreu alterações significativas. O quadro seguinte descreve as principais mudanças ocorridas em na legislação do PDDE, bem como sua trajetória normativa, até que o referido programa adquirisse as características atuais.

Quadro 1: Alterações na Legislação do PDDE no período de 1997 a 2009

LEGISLAÇÕES	ALTERAÇÕES
Res. nº 03 de 04/03/ 97	Os recursos destinam-se diretamente às escolas.
Medida Provisória nº 1.784, de 14/12/98	Exige que cada escola crie a sua Unidade Executora (UEX) para que os recursos do PDDE sejam repassados diretamente a elas.
Medida Provisória nº 2.100-31, 24/04/01	Os repasses financeiros serão anuais e terão como base o número de alunos matriculados no ensino fundamental e especial, conforme os dados obtidos pelo censo escolar, realizados Ministério da Educação no ano anterior.
Res.. nº 9, de 24/ 04/07	As escolas públicas rurais e urbanas que atendiam às duas fases do ensino fundamental e que cumprissem as metas intermediárias do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA estipuladas para o ano de 2007 receberiam deste programa uma parcela extra de 50%, a título de incentivo.

(Continua...)

(Conclusão)

LEGISLAÇÕES	ALTERAÇÕES
Res. nº 19, 15/05/2008	Recursos financeiros nas categorias econômicas de capital e custeio, por intermédio de suas UEx. para implementação do PDE Escola, respeitando as condições de adesão.
Lei nº 11.947, 16/06/ 09	Amplia atendimento para toda a educação básica, passando a abranger as escolas de ensino médio e da educação infantil.
Res. nº 04, 17/03/ 09	EEx deverá disponibilizar, quando solicitada, às comunidades escolar e local toda e qualquer informação referente à aplicação dos recursos do programa.

Fonte: FNDE, 2016.

A trajetória da legislação do PDDE demonstra como se deu a consolidação desse programa no cenário educacional brasileiro. Expõe, cronologicamente, como aconteceram as alterações na forma dos repasses financeiros, determinação da quantidade e destinação dos recursos. Além disso, relata a ampliação do atendimento a toda educação básica, bem como o momento em que o PDDE começou a ter relação direta com o indicador de qualidade da educação básica-IDEA.

Sua institucionalização derivou dos debates sobre política educacional da década de 90 (Shiroma, Moraes, Evangelista, 2011) e preserva relações com o processo de reforma do Estado iniciado nos anos 90, tendo em vista que a definição das políticas públicas para a educação no Brasil, desde então, incide em meio ao processo de contenção de recursos financeiros na área social, sendo o PDDE parte de um conjunto de reformas no campo da educação para os países latino-americanos, articuladas com os interesses econômicos externos (PERONI; ADRIÃO, 2007).

Dessa forma, o PDDE se tornou um importante programa do Governo Federal para a concretização do financiamento educacional descentralizado, cujo critério básico de transferência é o número de alunos matriculados. Dos cálculos dos valores devidos às escolas, a Resolução nº 10, de 18 de Abril de 2013, dispõe sobre os critérios de repasse, nos seguintes termos:

Art. 11 O montante devido, anualmente, às escolas públicas com UEx, aos polos da UAB e às escolas privadas de educação especial, será calculado pela soma do valor fixo, definido por estabelecimento de ensino, com o valor variável, de acordo com o número de alunos matriculados no estabelecimento, tendo como parâmetros os "Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE".

Em relação aos valores referenciais de cálculo para repasses do PDDE, seguem as orientações constante no Quadro 2, que elucidam esta questão.

Quadro 2: Valores Referenciais de Cálculo para Repasses do PDDE

VALOR FIXO	VALOR <i>PER CAPITA</i>
1. Valor Fixo/ano (VF/a) = R\$ 1.000,00	2. Valor <i>per capita</i> /ano (VPC/a) = R\$ 20,00
a. Escola pública urbana com UEx: 1 x VF/a	a. Alunos de escolas urbanas ou rurais com UEx: 1 x VPC/a
b. Escola pública rural com UEx: 2 x VF/a	b. Alunos de escolas urbanas sem UEx: 2 x VPC/a
c. Escola privada de educação especial: 1 x VF/a	c. Alunos de escolas rurais sem UEx: 3 x VPC/a
d. Polo presencial da UAB: 3 x VF/a	d. Alunos público alvo da educação especial em escola pública: 4 x VPC/a
	e. Alunos de escola privada de educação especial: 3 x VPC/a

Fonte: CD/FNDE, 2013.

Sendo assim, o montante devido às escolas públicas é calculado somando-se um valor fixo/ano (VF/a) com valor *per capita*/ano. O FNDE utiliza como base “o número de alunos matriculados na educação básica do estabelecimento de ensino, de acordo com o Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.” (CD/FNDE, 2013, p. 04).

Em relação aos recursos,

O PDDE é um programa que envia recursos diretamente para a escola, onde a autonomia e a responsabilidade da equipe gestora são ampliadas. Esse dirigente, de acordo com as decisões dos órgãos colegiados da escola, administra a execução dos gastos, que serão gerenciados por meio da Secretaria de Educação, a qual deverá prestar contas ao FNDE (PINHEIRO, 2012, p. 23).

Com o repasse financeiro direto às escolas, a gestão financeira de cada uma instituição passa a ter autonomia para providenciar as suas necessidades básicas de manutenção e pequenos investimentos. Peroni (2005) explicou que os recursos são designados ao custeio das despesas das escolas e poderiam ser utilizados na manutenção e conservação do prédio escolar, aquisição de material necessário ao funcionamento da instituição, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação, avaliação da aprendizagem, implementação do projeto pedagógico, aquisição de material didático/pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas.

2.3.1 Aplicação dos Recursos do PDDE

O PDDE é uma política de financiamento da União que designa recursos financeiros, em caráter suplementar, sem a obrigatoriedade da celebração de convênio, acordo ou ajuste, em atendimento às competências estabelecidas pelo pacto federativo às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal (Mafassoli, 2015). Estes recursos são destinados anualmente, em parcela única, às escolas públicas

beneficiadas, com o propósito de cooperar para o provimento das necessidades prioritárias dos estabelecimentos educacionais.

Quanto à destinação destes recursos, é permitida a utilização para obtenção de material permanente, realização de pequenos reparos, adequações e serviços necessários à manutenção, conservação e melhoria da estrutura física da unidade escolar. Também é possível empregar estes recursos na compra de material de consumo, nos gastos com avaliação de aprendizagem, na implementação de projeto pedagógico e no desenvolvimento de atividades educacionais. É vedada a compra de bens e na contratação de serviços que não atendam ao interesse coletivo (CD/FNDE, 2013).

Por outro lado, a sua utilização é proibida para aquisição de materiais para distribuição e doação aos alunos (exceto quando utilizados em atividades pedagógicas e como material de expediente); gastos com festividades e comemorações; pagamento de contas de água, energia elétrica, telefone e taxas de qualquer natureza; aquisição de combustíveis, de peças e materiais para manutenção de veículo e transporte para o desenvolvimento de ações administrativas; aquisição de livros didáticos e de literatura distribuídos por meio PNLD e do PNBE; aquisição de gêneros alimentícios; pagamento de salários e contribuições sociais (FNDE, 2008).

Para a utilização dos recursos transferidos, as escolas devem respeitar duas categorias econômicas, denominadas “custeio” e “capital”. Os recursos de custeio são aqueles destinados à aquisição de bens e materiais de consumo e a contratação de serviços para a realização de atividades de manutenção necessárias ao regular funcionamento da escola. Já os recursos de capital são aqueles destinados a cobrir despesas com aquisição de equipamentos e materiais permanentes para as escolas, que resultem em reposição ou elevação patrimonial (CORONEL, 2006).

Como exemplo de utilização de recursos para custeio, pode-se citar: materiais didáticos e de expediente: jogos pedagógicos, blocos lógicos, cartolina, giz; materiais de limpeza e de manutenção da rede física, como tinta de parede, material para manutenção e reparo das instalações elétrica, hidráulica ou sanitária. Quanto aos exemplos de utilização da categoria capital, eis alguns: aquisição de bebedouro, fogão, armário, ventilador, geladeira, mesa, cadeira, equipamento de informática e projetor de slides (FNDE, 2008).

Para empregar bem os recursos financeiros do Programa, os membros das UEx deverão articular reunião com professores, pais, alunos, entre outros membros da comunidade escolar, e também com o conselho fiscal e todos os membros da APM (Associação de Pais e Mestres), com a finalidade de identificar as reais necessidades para utilização de tais recursos.

A reunião deverá indicar as prioridades e insuficiências, ou seja, quais materiais e serviços deverão ser adquiridos e contratados. O relatório dessa reunião deverá ser registrado em livro de ata específico do PDDE e deverá estar disponível à comunidade escolar e aos órgãos de fiscalização, de acompanhamento e controle interno e externo (PINHEIRO, 2012).

Essas etapas irão facilitar a prestação de contas dos recursos do PDDE, que consiste no cumprimento de uma exigência do programa. A resolução nº 8, do CD/FNDE de 16 de dezembro de 2016, regulamenta, em seu Art. 18, que

as despesas realizadas com recursos transferidos, nos moldes e sob a égide desta Resolução, serão comprovadas mediante documentos fiscais originais ou equivalentes, na forma da legislação à qual a entidade responsável pela despesa estiver sujeita, devendo os recibos, faturas, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da EEx, UEx ou da EM, identificados com os nomes FNDE e do programa, e ser arquivados, em suas respectivas sedes, juntamente com os comprovantes de pagamentos efetuados, ainda que utilize serviços de contabilidade de terceiros, pelo prazo de 10 (dez) anos, contado da data do julgamento da prestação de contas anual do FNDE pelo Tribunal de Contas da União (TCU) referente ao exercício do repasse, ou, se for o caso, da Tomada de Contas Especial, para disponibilização, quando solicitados, a esse Fundo, aos órgãos de controle interno e externo e ao Ministério Público"

As prestações de contas dos recursos deverão ser elaboradas de acordo com normas específicas definidas pelo Conselho Deliberativo do FNDE. Para mais, o FNDE está autorizado a suspender o repasse dos recursos do PDDE nas seguintes hipóteses: omissão na prestação de contas, irregularidade na prestação de contas e utilização dos recursos em desacordo com os critérios instituídos para a execução do PDDE, quando constatado por análise documental ou de auditoria (CD/FNDE, 2013).

Desde a implantação do PDDE, sua legislação vem passando alterações e sua implementação vem modificando a realidade das escolas públicas da rede regular de ensino, e consequentemente o cenário educacional em âmbito nacional (YANAGUITA, 2013).

2.3.2 Pesquisas Recentes sobre PDDE

Gonçalves, Luz e Cruz (2004), Coronel (2006), Portela (2006), Branco (2006), Silva (2010) abordaram as características da gestão dos recursos do PDDE explicitando que, na prática, a gestão democrática é frágil, pois há resquícios de autoritarismo nas esferas da administração escolar e existe a impossibilidade de participação das escolas no processo de definição do montante desses recursos. Além disso, a suposta descentralização consiste na divisão de responsabilidades, conservação dos níveis e padrões de hierarquia nas relações de

poder, assim essa proposta de autonomia da escola evidencia a questão financeira e esvazia a questão política.

Nessa perspectiva, Cardoso (2009) entendeu que o Governo Federal “descentralizou para centralizar”, visto que o FNDE centraliza todo o processo desde a adesão, habilitação, recebimento dos recursos, aplicação e prestação de contas, até a aplicação das penalidades por descumprimento das regras.

Para Portela (2006) houve reflexo positivo da descentralização de recursos na qualidade do ensino, Adrião e Peroni (2007) compreenderam que os recursos repassados às escolas representam significativos aportes no orçamento escolar. Branco (2006), Viana e Campo (2014) afirmaram que o PDDE tem sido aceito pela comunidade escolar e que os valores repassados colaboram para a melhoria da educação; no entanto, o valor designado é insuficiente e se limita quanto à destinação.

De acordo com Santana (2011), o PDDE parece não conseguir concorrer para mudança de estratégia em âmbito local, com a finalidade de implementar ações voltadas unicamente para elevar o Ideb. Nesse sentido, Yanaguita (2013) assinalou que a implantação da descentralização da gestão financeira para escola, via PDDE, nas unidades escolares não suscitou efetivamente progresso da gestão da educação pública, porém proporcionou a institucionalização da Terceira Via⁴.

Estes estudos revelam aspectos positivos decorrentes do PDDE, como a construção das práticas decisórias da escola, cujos recursos repassados às escolas representam significativos aportes no orçamento escolar, reflexo positivo da descentralização de recursos na qualidade do ensino. Também, os estudos explicitam os impasses e os aspectos contraditórios entre a realidade no ambiente escolar e a teoria defendida pelos governos, tais como: descentralização/conservação dos níveis e padrões de hierarquia nas relações de poder existente, gestão democrática/centralização e controle dos processos decisórios, redistribuição de recursos/ institucionalização da Terceira Via.

⁴A redução da participação do Estado na execução das políticas educacionais, partilhando-as com a sociedade, por intermédio das Organizações Sociais (OS), sob o argumento da superação da crise do Estado.(YANAGUITA, 2013).

3. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

3.1 Aplicação dos Recursos do PDDE

Em junho e julho de 2017, realizou-se a análise de documentos da Unidade Executora (UEx) responsável pela gestão dos recursos do PDDE na Escola Estadual Comendador Murta, com o objetivo de conhecer a aplicação do volume de recursos destinados à escola e seus resultados. Foram analisadas as atas de reuniões do colegiado escolar realizadas no período de 2009 a 2016, bem como as prestações de contas de 2009 a 2013.

A UEx possui somente o Livro Ata⁵, no qual há registros das reuniões realizadas desde 2008, contendo diversos assuntos, como a pauta dos encontros, mas não apresentavam informações explícitas sobre a aplicação dos recursos do PDDE. Durante a análise das prestações de contas, o acesso aos arquivos dos processos foi fator limitador, devido à ausência de registros referentes aos anos de 2011, 2012 e 2013. Esta análise possibilitou a compreensão de aspectos relacionados à organização dos registros e à participação dos membros da UEx nos processos decisórios.

3.1.1 Análise das atas da UEx da Escola Estadual Comendador Murta

Com base na leitura das atas do Colegiado Escolar do período de 2009 a 2016, percebeu-se que o Livro Ata analisado não possuía o objetivo de registrar somente as reuniões envolvendo o PDDE, também apresentava registros de reuniões abordando outras temáticas envolvendo o âmbito escolar. Pode-se afirmar que, nesse período, o colegiado escolar realizou 110 reuniões; destas, 32 abordavam pautas relacionadas ao PDDE.

Os registros das 32 reuniões realizadas pela UEx no período estudado comprovam que os assuntos tratados nas reuniões estão diretamente relacionados com a aplicação dos recursos financeiros. Em sua grande maioria, estas reuniões aconteceram com objetivo de apresentar os recursos, aprovar prestações de contas e/ou concretizar licitação, destacando então os aspectos burocráticos da atividade escolar.

A ênfase nos aspectos procedimentais - estabelecida pela lógica do Programa e reforçada pela preocupação das UEx com a correta prestação de contas junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) - priorizou a dimensão técnico-operacional e secundarizou a dimensão

⁵ De acordo com Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora (2009) para que as atividades da UEx sejam realizadas de forma organizada são necessários os livros: Livro Ata, Livro Caixa e o Livro Tombo.

política própria dos processos coletivos de tomada de decisão, com graus mais avançados de participação (ADRIÃO; PERONI, 2007).

Somente ratificar as decisões e acompanhar a utilização dos recursos implica numa participação restrita, se não passiva. Na, prática, a oportunidade de participação na tomada de decisões administrativas, financeiras e pedagógicas de seus atores limitou-se a uma mera colaboração para ratificar o que já está previamente definido por diversas diretrizes governamentais aceitas e eficientemente executadas, direta ou indiretamente, pela direção da escola (BRANCO, 2006).

Dessa forma, a transferência de responsabilidades para as instituições escolares não garantiu maior participação de seus membros. Rezende (2005, p. 05) argumentou que “a simples administração local não representa por si só sua efetiva democratização nem a conquista da gestão autônoma. Ao contrário, pode significar o aumento do controle dessas unidades e o tolhimento do seu poder decisório”. Participação sem o mínimo necessário de conhecimento e de tempo para refletir sobre as próprias políticas, não configura uma gestão democrática (SILVA, 2010).

Cinco das atas analisadas apresentam informações secundárias que sugerem a ocorrência de tomadas de decisões democráticas. Entretanto, a prática comum de registros sintéticos cria incertezas sobre a legitimidade e fidedignidade do processo de discussão, intervenção e deliberação coletiva a respeito da execução do programa (SANTANA, 2011).

Os fatos descritos nas atas não mostraram como ocorreu a aplicação dos recursos no PDDE no período analisado; assim, não foi possível apontar os itens adquiridos, a quantidade de valores aplicados e nem as categorias de gastos. Esta condição divergente inibe a gestão democrática, concretizada em ações éticas e transparentes, como premissa participativa e autônoma nas tomadas de decisões sobre a organização e o funcionamento da instituição (FIALHO; TSUKAMOTO, 2014).

Com intuito de ampliar as informações sobre a aplicação desses recursos, analisou-se as prestações de contas da Unidade Executora.

3.1.2 Análise das prestações de contas da UEx da Escola Estadual Comendador Murta

Com base nos dados encontrados, foi possível quantificar os recursos financeiros do PDDE sobre os quais a UEx prestou contas no período de 2009 a 2013. Contudo, em 2012, a escola recebeu um recurso superior aos demais exercícios, do qual não foi possível encontrar informações sobre as prestações de contas, no ano de 2013.

O Quadro 3 demonstra estas informações.

Quadro 3: Aplicação dos recursos do PDDE na E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013

Exercício	Valor Total(Anual)	Aplicação dos recursos	Valores específicos
2009	12.575,10	Materiais de papelaria e esporte	700,00
		Materiais de Secretaria	2.500,00
		Materiais de Cantina/Utensílios	3.087,55
		Materiais permanentes	4.297,55
2010	6.817,65	Materiais de Cantina e utensílio	1433,36
		Materiais de Escritório/Informática	1.000,00
		Papelaria	2.000,00
		Materiais de Licitação (Limpeza e relacionados)	1.238,29
		Materiais Permanentes	1.146,00
2011	11.367,60	Capital	5.683,80
		Custeio	5.683,80
2012	28.363,90	Despesas correntes	20.836,54
		Capital	7.527,36
2013	-	-	-
Total	59.124,25		

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os valores descentralizados quando comparados com os recursos considerados necessários ao funcionamento da escola representam um aporte financeiro suplementar. Dessa forma, os recursos descentralizados do PDDE destinam-se à liquidação de despesas de custeio, manutenção e pequenos investimentos. Segundo Santana (2011), estes precisarão colaborar, supletivamente, para a melhoria física e pedagógica dos estabelecimentos de ensino beneficiários.

A Tabela 3 apresenta os valores dos recursos do PDDE repassados à Escola Estadual Comendador Murta, com base nos dados disponibilizados pelo FNDE, no período de 2009 a 2013, considerando as modalidades de recursos repassados à referida unidade.

Tabela 3: Repasses do PDDE à E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013

	PDDE Extra Urbano PDDE Fund. Extra Urbano	Manutenção Escolar PDDE Ensino Médio	Manutenção Escolar- PDDE Fund.	TOTAL
2009	2.5881	4.810,8	5.176,2	12.575,1
2010	2.292,0	4.592,4	4.584,0	11.468,0
2011	2.275,2	4.542,0	4.550,4	11.367,6
2012	2.252,1	4.714,2	4.504,2	11.470,5
2013	*	*	*	*

Fonte: FNDE, 2017. * = Dados não disponibilizados.

Comparando esses valores da Tabela 3 com o quantitativo dos recursos do PDDE encontrados nas prestações de contas presentes no Quadro 2, verifica-se que, nos anos de 2010 e 2012 há uma discrepância entre as informações contidas nas prestações de contas em relação aos dados disponibilizados pelo FNDE. Já em 2013 faltam dados dos repasses em ambas as fontes consultadas.

Como os valores repassados às escolas foram definidos com base no número de alunos atendidos no ano anterior ao repasse, comparou-se os valores anuais do PDDE e o quantitativo de alunos atendidos pela escola no ano correspondente para calcular o valor *per capita*, considerando a real demanda escolar. Elaborou-se a tabela 4 contendo os valores estimados do PDDE por aluno.

Tabela 4: Valores anuais do PDDE por aluno (em R\$) no período de 2009 a 2013

	2009	2010	2011	2012	2013
VALOR DO PDDE	12.575,10	6.817,65	11.367,60	28.363,90	-
QUANTIDADE DE ALUNOS	1.273	884	940	721	604
Valor PDDE por aluno	9,89	7,71	12,09	39,94	*

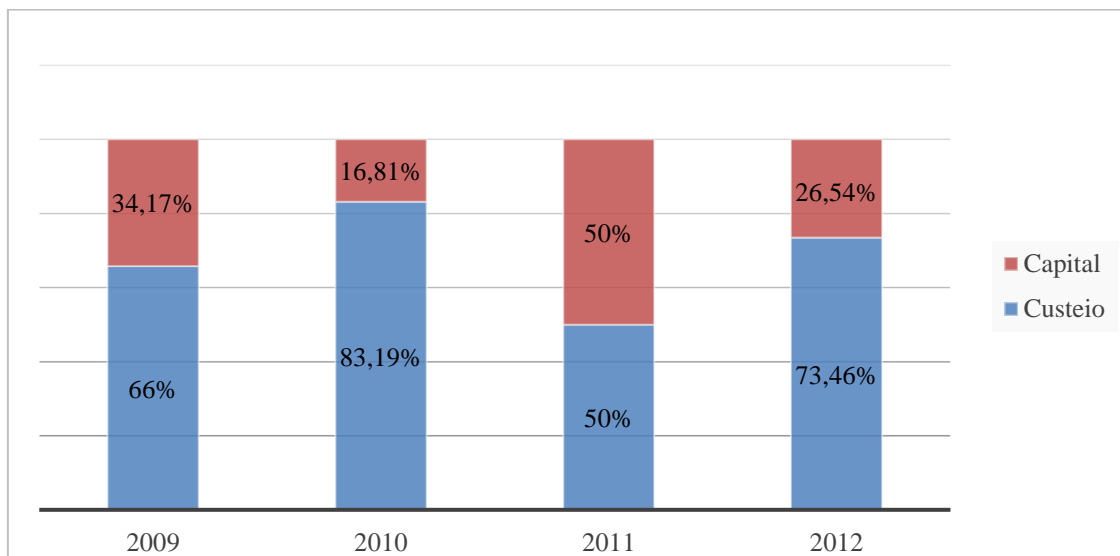
Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Verifica-se que o valor do PDDE por aluno de 2012, em relação a 2011, teve um aumento de 230,35 %. Todavia, de 2009 a 2011 a escola contou com menos de R\$ 13,00 (treze reais) por aluno. O critério do custo-aluno utilizado pelos órgãos federais não é adequado para assegurar as condições mínimas para um ensino de qualidade. Faz-se necessário avançar no debate acerca do custo-aluno e na redistribuição de recursos governamentais, para que a Educação no Brasil possa avançar em qualidade, igualdade e oportunidade (VIANA; CAMPO, 2014).

Para a utilização dos recursos transferidos, as escolas devem respeitar duas categorias econômicas, denominadas “custeio” e “capital”. Ao observar as prestações de contas levando em consideração a distribuição dos recursos entre as categorias, constatou-se maior

investimento em custeio em todos os anos, o gráfico 1 expõe como se deu as aplicações no período estudado.

Gráfico 1: distribuição dos recursos do PDDE entre custeio e capital na E. E. Comendador Murta de 2009 a 2012



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Durante a análise, procurou-se identificar as áreas priorizadas pelos membros dessa UEx para aplicação dos recursos recebidos. As prestações de contas referentes aos anos de 2009 e 2010 possibilitaram a elaboração da tabela 5 e gráfico 2.

Tabela 5: Valores do PDDE por categoria de gastos na E. E. Comendador Murta em 2009 e 2010

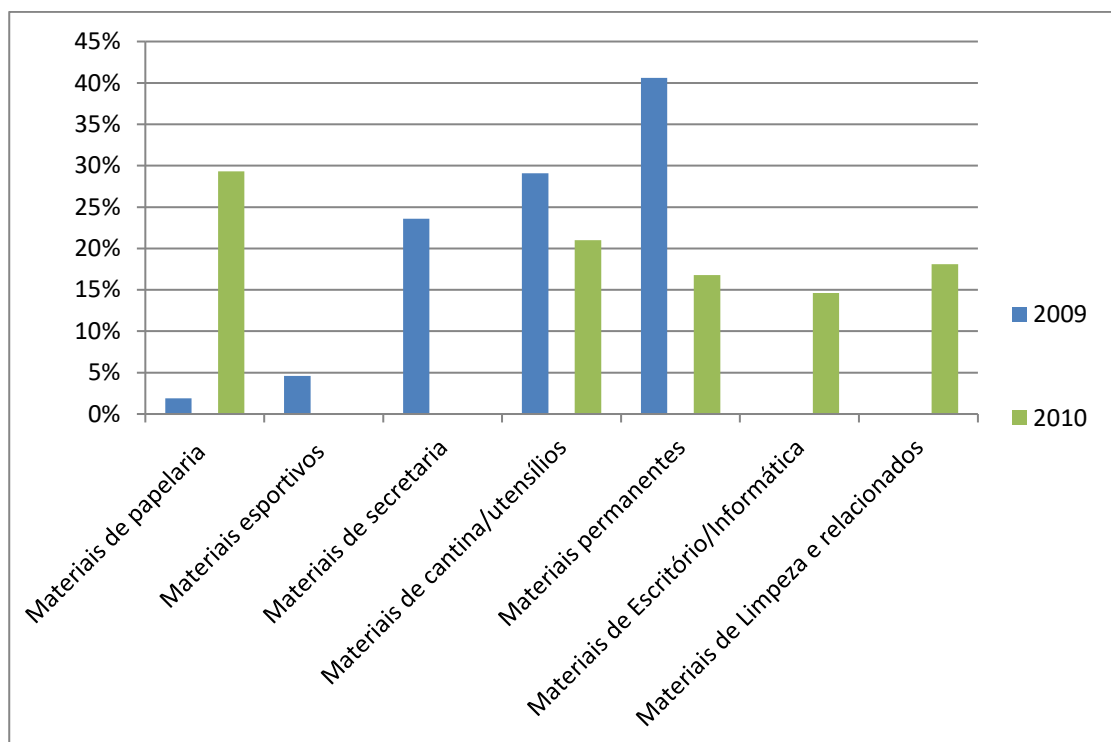
CATEGORIAS	2009	2010
Materiais de papeleria	211,16	2.000,00
Materiais esportivos	488,40	0
Materiais de secretaria	2.500,00	0
Materiais de cantina/utensílios	3.087,55	1.433,36
Materiais permanentes	4.297,55	1.146,00
Materiais de Escritório / Informática	0	1.000,00
Materiais de Limpeza e relacionados	0	1.238,29
Total	10.584,66	6.817,65

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Percebe-se, com os dados apresentados, que a UEx atendeu às permissões e proibições do FNDE. Os recursos são designados ao custeio das despesas da escola e podem ser utilizados na manutenção e conservação do prédio escolar, aquisição de material necessário ao funcionamento da instituição, capacitação e aperfeiçoamento de profissionais da educação,

avaliação da aprendizagem, implementação do projeto pedagógico, aquisição de material didático/pedagógico e desenvolvimento de atividades educacionais diversas (PERONI, 2005).

Gráfico 2: aplicação do recurso do PDDE na E. E. Comendador Murta em 2009 e 2010



Fonte: dados da pesquisa, 2017.

A UEx estabeleceu como prioridade a aquisição de materiais permanentes, materiais de cantina/utensílios e materiais de papelaria, o que indica uma contribuição mais contundente no sentido de manter a rotina escolar, isto é, proporcionar as condições necessárias ao funcionamento da escola. Tratando da aplicação dos recursos na área pedagógica, notou-se a aquisição de materiais de papelaria, materiais de informática e materiais esportivos. Os recursos repassados através do PDDE contribuem para melhora na educação, no entanto o programa é falho ao limitar a destinação (VIANA; CAMPO, 2014).

Para aprofundamento da análise, elaborou-se o Quadro 4, que demonstra o detalhamento dos itens adquiridos pela referida escola, através dos recursos do PDDE.

Quadro 4: Aquisições com recursos do PDDE na E. E. Comendador Murta em 2009 e 2010

Ano	Materiais	Itens
2009	Papelaria	caneta escrita fina, caderno brochurão, pasta canaleta
	Esportivos	bolas de futsal, bolas de voleibol, bolas de handball
	Secretaria	diário de classe, diário de secretaria, ficha de matrícula, ficha individual, histórico (EJA), histórico (Ensino Médio), livro de matrícula, livro de ponto de funcionário, livro de ponto de professor, livro de promoção, quadro informativo e requerimento
	Cantina /Utensílios	bacia plástica grande resistente, prato fundo de melanina para merenda, refil para bebedouro industrial celulose, caneca plástica reforçada, espumadeira industrial e Colher de sopa inox
	Permanentes	multifuncional Ricoh 32000, armário diretor, armário de aço, forno elétrico industrial, liquidificador industrial, ventilador de parede oscilante
2010	Escritório/ Informática	cartucho para impressora HP74, cartucho para impressora HP75 master de 240 cópias, tonner para Samsung SCX4200, chip para Samsung SCX3200, chip para Samsung SCX4200, tinta para duplicadora
	Permanentes	armário de aço e impressora laser
	Papelaria	arquivo morto polionda, calculadoras, caneta 0.7mm, canetinha hidrocor cartolina, clips de níquel, cola com glitter, E.V.A, envelopes, fita adesiva, giz branco antialérgico, giz colorido antialérgico, grampos, papel ofício A4, papel camurça, papel cartão, papel colorset, papel manilha, papel sulfite, pasta catálogo com 10 envelopes, pasta papelão com aba elástica, pendrive de 4gb, pincel atômico recarregável, reabastecedor para pincel atômico e TNT
	Cantina e utensílios	bacia de plástico, colheres de sopa em inox, refil para bebedouro industrial de celulose, caneca plástica, copos americanos de vidro, formas de alumínio, toalhas de rosto, canecão de alumínio, garrafa térmica, leiteira com tampa, panela, espumadeira, ralo inox, acendedor de fogão, jarra com tampa e forros para mesa
	Limpeza e relacionados	água sanitária, álcool, álcool gel, brilho alumínio, bucha multiuso, cera líquida, desentupidor de pia, desinfetante, detergente, esponja de aço, faca de cozinha, flanela, guardanapo de papel branco, limpador de uso geral em gel, lixeira cúbica, pá para lixo, pano de prato, papel higiênico, sabão glicerinado, sabão em pó, sabão líquido, saco de pano, saco para lixo, vassourinha para limpeza de vaso, vassoura e vela para filtro de barro.

Fonte: dados da Pesquisa, 2017.

Conforme o Quadro 4, observa-se que foram adquiridos materiais capazes de melhorar o ambiente escolar e suas instalações, o que, diretamente ou indiretamente, converge para a oferta de ensino de qualidade. Segundo Portela (2006), a organização do tempo e do espaço deve propiciar ao aluno condições favoráveis ao processo ensino aprendizagem; da mesma forma, Gadotti (2013) afirma que a qualidade na educação não pode ser boa se a qualidade do professor, do aluno, da comunidade for precária.

Especificamente, os materiais de cantina e utensílios possibilitam a preparação da merenda escolar; esta, por sua vez, proporciona bem-estar aos alunos, vez que uma alimentação saudável contribui para um melhor desempenho escolar e, conseqüentemente, diminui a repetência e os altos índices de evasão (CAVALCANTI; SILVA; SILVA, 2009).

Considerando que esta escola atende a uma região carente formada principalmente por alunos da zona rural, a merenda escolar pode colaborar também para as condições de saúde e desenvolvimento de bons hábitos alimentares nos alunos atendidos.

Os materiais esportivos, como bola de futsal, bola de vôlei e bola de handebol possibilitam aulas de educação física diversificadas, dinâmicas e significativas, transformando as situações de aprendizagem em momentos de lazer. Conforme os Parâmetros Curriculares Nacionais de Educação Física, esta disciplina pode sistematizar situações de ensino e aprendizagem que garantam aos alunos o acesso a conhecimentos práticos e conceituais, considerando as características dos alunos em todas as suas dimensões: cognitiva, corporal, afetiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social (BRASIL, 1997).

Entretanto, a prestação de contas de 2009 mostrou a aplicação de 15,81% dos recursos em bolas de futsal, vôlei e handball, e não houve investimento dessa natureza em 2010, o que compromete a oferta de aulas adequadas e diversificadas de educação física na escola em estudo.

Os materiais de escritório/informática e de papelaria viabilizam, indiretamente, a execução de projetos pedagógicos, a confecção de material didático, assim como o desenvolvimento de trabalhos de exposição, impressão de apostilas e/ou avaliações, consolidando a diversidade no trabalho pedagógico e o melhor aproveitamento da hora-aula. Dessa forma, os recursos do PDDE não tem realizado ações diretamente na área pedagógica.

A estrutura e as características da escola, em especial quanto aos projetos desenvolvidos, o ambiente educativo e o clima organizacional, a gestão da prática pedagógica, a avaliação da aprendizagem e do trabalho escolar realizado, a formação e as condições de trabalho dos profissionais da escola são aspectos que traduzem positiva (ou negativamente) a qualidade da aprendizagem na escola. (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

As condições intraescolares influenciam os processos educativos e os resultados escolares, em termos de uma aprendizagem mais significativa (SANTANA, 2011). Portanto, as características organizacionais e de gestão das instituições de ensino são fatores determinantes para sua eficácia e devido aproveitamento escolar dos alunos.

Nesse sentido, ressalta-se que as prestações de contas correspondentes a 2011 e 2012 não apresentavam demonstração das despesas. Em 2011, a Unidade Executora recebeu R\$ 11.367,60 com vigência de 22/09/2011 a 30/10/2011, sendo 50% de capital e 50% de Custeio. Notou-se que, no Demonstrativo Financeiro da Receita e Despesa, não constaram as despesas. Mesmo assim, consta parecer de aprovação do colegiado com assinaturas de 6 membros.

Em 2012, a Unidade Executora recebeu R\$ 28.363,90 com vigência de 09/10/2012 a 30/10/2012, dos quais R\$ 20.836,54 seriam destinados às despesas correntes e R\$ 7.527,36 às despesas de capital. Este valor corresponde ao PDDE-Custeio/Educação Integral: R\$ 15.305,50; PDDE-Capital/Educação Integral: R\$ 3.840,00; PDDE-Capital Consolidado: R\$ 3.687,36; e PDDE-Custeio Consolidado: R\$ 5.531,04. Contudo, não há exposição da despesa executada inerente, mas consta sua aprovação no parecer do colegiado escolar.

A ausência desses documentos nas prestações de contas colide com a exigência legal de transparência fiscal requerida em relação aos recursos públicos. Da mesma forma, vai de encontro à finalidade do PDDE em assegurar as condições indispensáveis à autogestão escolar, ao controle e acompanhamento do emprego dos recursos públicos voltados à educação. Por consequência, compromete a gestão participativa e o controle social caracterizado no livre exercício dos direitos e prerrogativas essenciais ao acompanhamento e fiscalização das práticas públicas, no que tange ao cumprimento pelos gestores dos objetivos e limites a serem alcançados (SILVA; WAKIM; WAKIM, 2015).

A transparência das informações da gestão pública propicia à sociedade o acompanhamento e a fiscalização das ações dos gestores. Nessa perspectiva, a comunidade deve compreender o panorama que configura o sistema educacional, bem como refletir, na atualidade, se a gestão descentralizada no setor financeiro representada pela Unidade Executora do PDDE constitui ou não um caminho para a verdadeira democratização. A falta de transparência favorece o estabelecimento de modelo de Estado com características descentralizantes, principalmente no campo das ações sociais, embora centralizador em suas definições prévias de objetivos, rumos, decisões, regulamentações e avaliação (RAMOS, 2012).

Esta análise mostra que a aplicação dos recursos financeiros do PDDE na Escola Estadual Comendador Murta atendeu necessidades importantes ao funcionamento escolar e mesmo sem o planejamento adequado, pode ter contribuído com o processo ensino aprendizagem nesta instituição. Todavia, a omissão de informações nas prestações de contas de 2011, 2012 e 2013 destaca a ausência de transparência na gestão escolar. Ademais, a falta de acesso aos dados das prestações de contas limitou as análises em relação à aplicação dos recursos do PDDE no período estudado.

É válido ressaltar que não é possível considerar uma escola como sendo uma instituição de qualidade, apenas a partir dos materiais e equipamentos adquiridos. A mensuração de uma escola de qualidade envolve contextos, atores e situações muito diversificadas, que vão além de aquisição de materiais necessários à prática pedagógica (SANTANA, 2011). Diante disso, foram destacados os efeitos dos investimentos do PDDE no

desempenho escolar dos alunos na Escola Estadual Comendador Murta que podem sugerir aspectos relacionados à qualidade da oferta de ensino nesta instituição.

3.2 Desempenho dos Alunos da Escola Estadual Comendador Murta no Ideb

Além dos documentos da UEx, foram analisados os resultados da Escola Estadual Comendador Murta disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) para análise do desempenho dos alunos do período de 2009 a 2013, em relação ao Ideb do País, do Estado de Minas Gerais e do Município de Itinga, constante da Tabela 6.

Tabela 6: Ideb da E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013

	8ª série / 9º ano Ensino Fundamental	IDEB OBSERVADO			METAS				
		2009	2011	2013	2009	2011	2013	2015	2021
E. E. Com. Murta		3.4	4.7	5.2	2.8	3.1	3.5	3.8	4.7
Itinga-MG		3.6	4.7	4.8	2.7	3.0	3.4	3.7	4.5
Brasil		4.0	4.1	4.2	3.7	3.9	4.4	4.7	5.5
Estadual		3.8	3.9	4.0	3.5	3.8	4.2	4.5	5.3
Municipal		3.6	3.8	3.8	3.3	3.5	3.9	4.3	5.1
Minas Gerais		4.3	4.6	4.8	3.9	4.2	4.6	5.0	5.7

Fonte: INEP, 2017.

Estes dados demonstram que, no 9º ano do ensino fundamental, o município de Itinga e a Escola Estadual Comendador Murta permaneceram de 2009 a 2013 com resultado no Ideb superior à meta. Além disso, o resultado desta escola de 5,2 em 2013 superou os 4, 7 projetados para 2021. O Ideb da Escola Estadual Comendador Murta - em relação ao Ideb de Minas Gerais à média Nacional - esteve superior em 2011 e 2013.

Analisando a evolução desses resultados obtidos pela E. E. Comendador Murta, criou-se a Tabela 7, que demonstra o crescimento do referido índice no período de 2009 a 2013.

Tabela 7: Crescimento do Ideb da E. E. Comendador Murta de 2009 a 2013

		Taxa Percentual de Crescimento (%)			Percentual de Crescimento		
		2009	2011	2013	2009	2011	2013
Escola Estadual Comendador Murta	8ª série / 9º ano do Ensino Fundamental	9,68	38,23	10,63	0,3	1,3	0,5

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Nos resultados do INEP e nos arquivos da escola não foram encontrados os dados do Ideb da Escola Estadual Comendador Murta referentes ao ensino médio.

3.2.1 Análise dos investimentos do PDDE e o desempenho dos alunos nos índices oficiais de educação

Com intuito de gerar uma média entre os valores do PDDE e o aproveitamento escolar, agrupou-se as informações apresentadas anteriormente, e foi possível criar a Tabela 8, aproximando o valor do PDDE por turma na Escola Estadual Comendador Murta, com os resultados obtidos no Ideb.

Tabela 8: Resultado médio dos investimentos *per capita* do PDDE na Escola Estadual Comendador Murta

	Ideb no 9º ano - Ensino Fundamental	Quantidade de alunos	Média de alunos por turma do 9º ano	Valor PDDE por aluno	Valor médio do PDDE por turma do 9º ano
2009	3,4	1.273	29	9,89	286,81
2010	-	884	30,5	7,71	235,15
2011	4,7	940	34,5	12,09	417,10
2012	-	721	27,5	39,94	1.098,35
2013	5,2	604	26,3	-	-

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Observa-se que o número de alunos atendidos pela escola diminuiu consideravelmente em 2013, comparando com o ano de 2009; entretanto, essa involução não foi constante; a média de alunos por turma variou significativamente, sendo maior em 2011 e menor em 2013; o valor médio do PDDE por aluno em 2009, 2010 e 2011 foi inferior a R\$ 13,00 (treze reais). Somente em 2012 resultou em 39,94; em relação ao valor médio do PDDE por turma do 9º ano, 2010 teve o menor valor, enquanto que o maior foi no ano de 2012.

Verifica-se uma significativa discrepância dos valores *per capita* no período de 2009 a 2011, calculados em relação à quantidade de alunos no período de vigência dos recursos, em relação ao valor *per capita*/ano (VPC/a), que corresponde ao valor *per capita* de R\$ 20,00 (vinte reais), definido pelo FNDE em 2013.

Nota-se, ainda, que somente os resultados no Ideb apresentaram processo de evolução regular. Além disso, percebeu-se que ao investir R\$ 235,15 em 2010 o resultado no Ideb em 2011 foi de 4,7. Quando, em 2012, foram investidos R\$ 1.098,85, o resultado no Ideb em 2013 foi de 5,2, evidenciando que o aumento do valor do PDDE por turma pode ter viabilizado um acréscimo no resultado dos alunos no Ideb. Contudo, não se pode afirmar que o

PDDE seja o único responsável por esse resultado, visto que a UEx não atribuiu prioridade a área pedagógica, durante a aplicação dos recursos desse programa.

3.3 Avaliação do Colegiado

Realizou-se a pesquisa de campo, por meio de entrevista, na qual constaram perguntas abertas e objetivas, aplicadas a todos os membros titulares da gestão 2014/2016, a saber: um representante da direção, dois representantes dos docentes, dois representantes dos especialistas em educação básica e quatro representantes dos discentes, totalizando 9 membros.

As respostas das questões subjetivas foram submetidas à análise de conteúdo e tratadas conforme as seguintes categorias de análise: Categoria 1: Perfil dos entrevistados – delinea a função, o grau de instrução dos entrevistados e o tempo de atuação na UEx; Categoria 2: Autonomia na gestão dos recursos do PDDE - expõe como se dá o processo de tomada de decisões na UEx para aplicação dos recursos do referido programa; Categoria 3: Aplicação dos Recursos do PDDE – demonstra como os recursos do PDDE foram investidos, bem como os resultados obtidos; Categoria 4: Relação entre investimentos do PDDE e o Ideb - avalia se os investimentos do PDDE contribuíram na concretização de ações, com a finalidade de elevar o Ideb da E. E. Comendador Murta.

3.3.1 Perfil dos entrevistados

Realizou-se entrevista com os membros da gestão 2014/2016 da Unidade Executiva do PDDE da E. E. Comendador Murta, composta por: uma diretora, dois professores, dois funcionários da secretaria e quatro discentes. Desses membros, dois alunos não responderam.

Com a finalidade de caracterizar os sujeitos entrevistados, elaborou-se o quadro a seguir.

Quadro 5: Caracterização dos Entrevistados

Cargo Ocupado	Formação	Idade	Tempo De Atuação Na Uex	Termo de Referência
Diretora	Superior completo- Matemática, Pós-graduação em Matemática	59 anos	7 anos	Diretora
Professor de História	Superior completo- Ciências Sociais	46 anos	2 anos	Professor

(Continua...)

(Conclusão)

Cargo Ocupado	Formação	Idade	Tempo De Atuação Na Uex	Termo de Referência
Professora de Português	Superior completo- Letras Português/ Inglês	50 anos	2 anos	Professora
Auxiliar Técnico em Educação Básica: ATB	Ensino Médio completo Superior incompleto – História	46 anos	Não soube dizer	ATB 1
Auxiliar Técnico em Educação Básica: ATB	Pós-graduação História e Cultura Afro-brasileira	48 anos	2 anos	ATB 2
Discente	Médio completo Superior incompleto BHU	20 anos	1 ano	Discente 1
Discente	Ensino Médio Completo	20 anos	8 meses	Discente 2

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Notou-se a ausência de representação das mães e pais ou responsáveis dos alunos. Durante as entrevistas com membros do colegiado escolar, tratou-se de questões relacionadas à autonomia na gestão dos recursos do PDDE, aplicação dos recursos desses recursos, e a relação entre investimentos do PDDE e o Ideb.

3.3.2 Autonomia na gestão dos recursos do PDDE

Quando questionados sobre a forma de convocação para participar das reuniões sobre o PDDE, os membros relataram que recebiam um comunicado prévio, com 24 ou 48 horas de antecedência. No entanto, o ATB 2 informou sobre a ocorrência de reuniões conforme a necessidade e urgência da escola, o Discente 1 comentou sobre as reuniões previstas no calendário escolar e extraordinárias ligadas à gestão econômica da escola; o ATB 1 citou em sua fala detalhes sobre local das reuniões. Além disso, a Discente 2 fez colocações sobre as reuniões em circunstâncias de urgência.

Inicialmente, houve um equívoco do ATB 1 e do Professor no entendimento da pergunta; eles haviam compreendido “convocação” como o momento de seleção dos membros do colegiado. Quanto à diretora, ela mencionou que as reuniões aconteciam sempre conforme a demanda da escola; de acordo com ela, havia reunião sempre que necessário, para elaborar projetos. Também eram convocadas reuniões extraordinárias com a finalidade só de tratar assuntos relacionados ao PDDE.

Em relação à periodicidade das reuniões sobre o PDDE, os entrevistados mencionaram que geralmente havia a ocorrência de reuniões mensais, mas conforme surgiam as necessidades da escola, poderiam ser realizadas reuniões semanalmente ou quinzenalmente.

As informações trazidas pelos auxiliares técnicos em educação básica evidenciam a relação entre o repasse dos recursos e a ocorrência das reuniões extraordinárias:

ATB 1: de acordo com a necessidade, desenrolar dos termos de compromissos, tem termos que tem prazos, né, para ser gastos. Tem que ser apresentados ao colegiado para apreciação também do colegiado, para o que seria destinado.

ATB 2: O PDDE variava muito com a entrada dos recursos, que era apresentação da chegada do recurso, porque chegou o recurso ou para que ia destinar o recurso. Eram etapas. Mas especificamente sobre o PDDE, era mais quando da chegada dos recursos para o caixa escolar.

Com base nas respostas obtidas sobre as pautas mais frequentes nas reuniões sobre o PDDE, elaborou-se o Quadro 6, apresentado a seguir.

Quadro 6: Prioridades nas pautas das reuniões sobre o PDDE.

	Prioridades da escola	Recursos recebidos	Aplicação dos recursos	Prestações de contas	Resultados alcançados
Diretora:	x	x	X	x	x
Professor				x	
Professora	x	x	X	x	
ATB 1	x	x	X	x	
ATB 2	x	x	X	x	
Discente 1		x	X	x	
Discente 2	x	x	X	x	x

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Com base nessas informações, observa-se que as prestações de contas são citadas por todos, apenas o professor não apontou como prioridade os recursos recebidos e sua aplicação; as prioridades da escola foram mencionadas cinco vezes. Todavia, somente a diretora e a discente 2 comentaram que os resultados alcançados foram abordados em reuniões da UEx. Verifica-se prioridade nas prestações de contas e pouca relevância aos momentos de avaliação dos resultados.

Na sequência, expõe-se a opinião do discente em relação a essa questão

Discente 1: Os resultados a gente não discutia. Assim... discutia, dava uma pincelada nos resultados, causa que os resultados ficavam a cargo dos professores que ficavam mais atentos à saúde escolar. A gente tratava mais de questões do setor econômico, prestações de contas, verbas, como utilizar essas verbas. Isso já vinha com projetos da escola, a gente ficava com a parte de escolher e não de criar. Como se o desenvolvimento tivesse feito nas reuniões com professores no conselho de classe e o colegiado só votava, se ia ser aprovado ou não, se ia ser posto em prática ou não, porque não, debates com questões a decidir e não a se resolver.

Buscando compreender como se dava a participação dos membros nas reuniões sobre o PDDE, fez-se a seguinte pergunta: como você avalia sua participação nas decisões sobre a execução dos recursos do PDDE? A partir das respostas, verificou-se maior ênfase nas funções deliberativa e consultiva, conforme Quadro 7.

Quadro 7: Participação dos membros da UEx nas decisões sobre o PDDE

	DELIBERATIVA	HOMOLOGATIVA	CONSULTIVA
Diretora:	x		x
Professor		x	x
Professora	x		x
ATB 1	x		
ATB 2			x
Discente 1	x		
Discente 2	x	x	x

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Além das afirmações sobre essas classificações, alguns apresentavam justificativas, explicando a realidade das reuniões.

Diretora: consultiva, porque a gente tinha que consultar todo mundo para poder fazer o projeto, consultava a escola toda, não tinha como fazer. E deliberativa também, porque a gente tinha que deliberar.

ATB 1: Ajudava a... deliberar ficava mais... A gente ajudava a deliberar. A gente tinha que assinar e aprovar, né? Tinha que estar de acordo, né? Recurso tal destinado a tal área, bens de consumo.

ATB 2: consultiva. A gente era consultado. Agora, em alguns momentos, a gente podia optar, de acordo com destinação do recurso, se era para merenda escolar, se era para reforma, se era para compra de material, se era para secretaria que a gente representava, aí a gente era consultado nesse sentido

Discente 1: deliberativa, a gente ficava mais no decidir, se sim ou se não. A gente tratava da questão, do propósito daquilo, do serviço, como aquilo ia afetar a saúde da escola, discutia um pouco, mas, no mais, era escolher mesmo... Era deliberar mesmo. Já vinha a pauta, explicava para a gente, a gente votava.

Discente 2: deliberativa, homologativa e consultiva. Um pouquinho de cada uma. Normalmente, a gente conversava muito nas decisões.

Durante sua argumentação, mesmo numa colocação não específica ao PDDE, o discente 1 fez uma crítica acerca das restrições na participação dos alunos na criação dos projetos da escola. A afirmação é a seguinte:

Discente 1: o nosso papel mesmo, principalmente parte dos alunos, ficava meio fora da organização, era para votar apenas. Eles passavam pelo nosso consentimento, pela nossa visão, dava um espaço para a gente colocar algum ponto de vista, mas a construção em si, a iniciativa do projeto não ficava a nosso par, a gente dava ideias, mas não era a gente que construía, a gente alunos, alunos do colegiado.

Quanto às prioridades na aplicação dos recursos do PDDE, primeiro a prioridade na aquisição de material pedagógico, depois investimentos em instalações, prédios e equipamentos e, em terceiro lugar, o custeio. O Quadro 8 apresenta as informações.

Quadro 8: Prioridades na aplicação dos recursos do PDDE

	Custeio	Investimento em Instalações, Prédio e Equipamentos	Material Pedagógico
Diretora:	X	x	x
Professor	X	x	x
Professora	X	x	x
ATB 1		x	x
ATB 2	X	x	x
Discente 1		x	x
Discente 2			x

Fonte: dados da pesquisa, 2017.

Os entrevistados ofereceram mais argumentações sobre as prioridades, como:

Professor: porque, às vezes, falta recurso de uma área, e o governo não manda aquele recurso; a gente fica aguardando, aguardando, aguardando e para atender aquela demanda, às vezes, manobra um pouquinho, enquanto chega o outro recurso, então...

ATB 1: na compra de merenda, na compra de material didático, material escolar, tudo é aplicado o PDDE, o dinheiro... quem determina é o governo, né? Para que setor que vai ser, se é rede física, material de consumo.

Discente 1: já vinha as coisas para a gente votar. Vinham para material pedagógico, vinham para estrutura escolar. Era mais para a gente averiguar e dar o aval para que aquilo acontecesse. Como eu disse, os projetos da escola eram os professores que organizavam. As necessidades da escola os professores que acentuavam.

Discente 2: um pouquinho de cada um, porque tinha que dividir as verbas. Só que mais era material pedagógico.

Nesse contexto, o professor comenta sobre a falta de recursos financeiros e a demora no repasse dos recursos, o ATB 1 fala das determinações e controle do governo em relação à destinação dos recursos, o discente 1 reafirma a participação restrita dos alunos nas determinações das necessidades da escola, e a discente 2 evidencia, mesmo que de maneira informal, a prescrição do FNDE de dividir os recursos do PDDE em categorias de gastos.

Na visão dos membros do colegiado, os resultados dos investimentos do PDDE são perceptíveis no próprio funcionamento da escola. Segundo a diretora, o PDDE é essencial para a instituição escolar, no ensino-aprendizagem do aluno, em tudo: ampliação e material didático. O ATB 1 diz que se percebe os resultados através da aquisição de material para a escola, equipamentos, material de consumo e de uso permanente. A discente 2 informa que a escola realizava muitos projetos que envolviam os alunos e que a merenda era muito boa.

De acordo com o professor, é possível perceber os resultados do PDDE pelo próprio funcionamento da escola, pois, quando a equipe gestora não investe muito bem os recursos, passa a faltar muita coisa e acaba sentindo dificuldades no dia-a-dia. Por sua vez, o discente 1 assegurou que os alunos cobravam, pois queriam ver os resultados; o trecho a seguir demonstra seu ponto de vista: “Isso a gente cobrava muito, a gente queria ver resultados. A gente conseguia ver esses resultados a partir do momento que os alunos começavam a participar, a ter interesse e perceber e opinar. A saúde da escola é uma coisa que o aluno mesmo não percebe muito.”

Ao serem perguntados se a UEx possuía autonomia para aplicação dos recursos do PDDE e se havia alguma sugestão que poderia melhorar essa autonomia, as respostas apresentavam várias posicionamentos, tais como: a diretora apontou a autonomia para elaborar projetos de aplicação dos recursos; o professor disse que o colegiado tem autonomia para administrar as prioridades; a professora afirmou que a autonomia é condicionada as categorias de custeio e capital; o ATB 1 comentou que a autonomia é possível porque tem representante de cada segmento da escola na UEx; o ATB 2 mencionou a possibilidade de sugestões, mas muitas vezes restrita por condições específicas do PDDE; o discente 1 acredita que o colegiado tenha autonomia total, em qualquer área da escola.

Em contrapartida, algumas críticas foram feitas pelos membros do colegiado abordando as limitações das sugestões em relação à destinação dos recursos, as licitações, as falhas na comunicação entre os setores da comunidade escolar, o distanciamento entre a decisão e o momento de execução. Conforme os entrevistados,

ATB 2: então, a gente tinha um certo conhecimento sim, a gente tinha uma certa participação, mas a gente não poderia dar sugestões mirabolantes que iam ferir a destinação dos recursos do PDDE.

ATB 1: até não concordo, como que o menor preço vai ter uma boa qualidade? Mas, vence é o menor preço. Procuram respeitar isso, a data marcada, envelope lacrado é a comissão que abre, verifica e compara os preços... Isso eu acompanhei de perto. Talvez a gente tinha vontade de dizer, “compra tal coisas assim, assim”, mas era claro que se destina o recurso ao que o termo chegava destinado.

Discente1: o que a gente não consegue fazer é o que a gente não consegue ver, que é a falta de comunicação entre os setores da escola, isso pode melhorar. Tirando isso, o colegiado atua 100% na saúde da escola, a gente é como se fosse o coração. Precisa melhorar a comunicação dos funcionários, com o colegiado e com a comunidade, mas a estrutura já permite que o colegiado faça alterações.

Discente 2: olha, não sei agora, mas na minha época a gente só votava nos recursos que vinha e a direção colocava em prática.

Como sugestão para melhorar a autonomia da UEx em relação à aplicação dos recursos do PDDE, a Professora explica que seria interessante priorizar as necessidades da escola no repasse dos recursos financeiros, porque, muitas vezes, tem dinheiro para uma determinada área e a escola precisa atender uma outra demanda.

Diante do exposto, a Unidade Executora tem procurado realizar uma gestão participativa, mas ainda atribui prioridade às prestações de contas, isto é, aos aspectos técnicos nas pautas das reuniões. Apresenta indícios de limitação na participação dos alunos nas decisões e na elaboração de projetos escolares e, além disso, o distanciamento entre os setores, provocado pela comunicação limitada, compromete a qualidade dos processos democráticos no ambiente escolar e o alcance dos resultados.

Ademais, os membros da UEx informaram que os recursos do PDDE foram aplicados em custeio, em melhorias nas instalações e equipamentos e em materiais pedagógicos, e que seus resultados são percebidos no próprio funcionamento da escola tornando os recursos do PDDE indispensáveis ao bom andamento da realidade escolar. Apesar disso, críticas foram feitas às exigências do FNDE em relação às categorias de gastos que restringem a destinação dos recursos, a valorização do menor preço nas licitações para aplicação dos recursos do PDDE, bem como a falta de discussões sobre os resultados alcançados com o PDDE na escola E. E. Comendador Murta.

3.3.3 Aplicação dos Recursos do PDDE

Questionou-se aos membros do colegiado escolar sobre os critérios adotados para aplicação dos recursos do PDDE. As explicações demonstraram que foram levados em consideração as necessidades da escola, os projetos, os objetivos, os termos de compromisso, as exigências do sistema e o processo de licitação.

Em resposta à questão “como os recursos do PDDE podem ser melhor descentralizados e utilizados?”, verificou-se que a diretora e o professor corroboram a ideia de que é satisfatória a forma como vem sendo realizada a descentralização e utilização dos

recursos, todavia a professora, o discente 1 e a discente 2 evidenciaram a necessidade de maior participação da comunidade escolar nas decisões, de modo que as classes possam também realizar discussões sobre as decisões tomadas pelos representantes no colegiado. Para mais, o ATB 1 referiu-se a importância de realizar um levantamento prévio por parte do governo, antes de enviar os recursos e, por último, o ATB 2 mencionou a necessidade de diminuir a burocracia presente nos processos.

Refletindo sobre os recursos do PDDE aplicados na área pedagógica, os entrevistados concordaram que estes contribuem com o rendimento dos alunos. Eles compreendem que a aquisição de material didático, equipamentos como *microsistem*, *datashow*, materiais esportivos, jogos, laboratório de informática e melhorias na infraestrutura influenciam positivamente o trabalho do professor e o funcionamento da escola e, conseqüentemente, melhoram o rendimento escolar.

Seguindo uma outra perspectiva, o discente 1 avaliou como pouco significativo os recursos destinados à área pedagógica. A esse respeito ele se pronuncia da seguinte forma:

Discente 1: eu pouco vi recursos para a área pedagógica; eu vi muito recursos para a área estrutural na minha época. A área pedagógica ficava mais para os professores... Normalmente, os professores escolhem o material que vai trabalhar e a escola compra, se tiver nos padrões.

Outra colocação feita por esse mesmo discente, refere-se à necessidade de se aplicar recursos na formação docente. Na íntegra,

Discente 1: eu acho assim que o colegiado poderia estar atuando, trazendo curso para melhorar a didática do professor em sala de aula, como já tem... já tem alguns projetos do governo, mas pode ser uma alternativa.

Incentivados a refletir se os recursos do PDDE são suficientes e atendem às necessidades desta escola, somente a diretora afirmou categoricamente que sim. Em contraposição, os demais representantes da comunidade escolar consideraram insuficientes para concretizar as melhorias necessárias na estrutura e na rede física, de modo a atender adequadamente os alunos. Sobre essa questão eles disseram:

Professor: não foram suficientes, precisaria de mais, mas com o pouco recurso que conseguimos deu para fazer muita coisa.

Professora: muito pouco para melhorar a estrutura e a rede física, melhorar o espaço para melhor atender o aluno.

ATB 1: ele (o recurso) vem pelo número de alunos, então eles já tem um cálculo pré-feito, pré-determinado pelo número de alunos. Faltar não pode, acho que não falta né? Acho que poderia ser mais, né? Antes sobrar que faltar, não pode ter desperdício, mas...

ATB 2: Eles usam *per capita* de alunos, mas a *per capita* de aluno de um ano anterior ou do ano vigente ela pode variar, tanto para mais quanto para menos. Poderia ser uma coisa assim, mais não vou dizer imediatista, mas uma comunicação real. Por exemplo, eu tinha aquela realidade de alunos, hoje eu não tenho mais... Ou para mais ou para menos. Podia ter uma comunicação direta.

Discente 1: Não. Às vezes, os recursos são divididos, tem que assinar uma papelada, às vezes o recurso é 10.000, mas vem em três ou quatro vezes. Às vezes a escola tem direito a tal quantia, mas o dinheiro não cai.

Discente 2: Suficiente, suficiente não, mas de forma geral eu acho que atende.

É relevante citar a crítica feita ao critério de cálculo para repasse dos recursos do PDDE utilizado pelo FNDE, isto é, o número de alunos divulgados pelo senso escolar do ano anterior. Durante sua colocação, o ATB 2 expõe a importância de usar como base o quantitativo de alunos que a escola atende durante o ano de vigência dos termos de compromissos. Há disparidades entre o Censo Escolar e a real demanda atendida.

Pelas respostas, observa-se que a aplicação dos recursos do PDDE na área pedagógica tem gerado benefícios aos trabalhos do professor que, através dos equipamentos e matérias adquiridos, pode diversificar as aulas e proporcionar avanços no processo ensino-aprendizagem, influenciando no desempenho escolar dos alunos. Contudo, estes recursos poderiam ser investidos também na formação docente, preparando os professores para usufruir com maior qualidade dos recursos disponíveis na escola, embora não seja finalidade deste programa, mas de outro fundo: o FUNDEB.

3.3.4 Relação entre investimentos do PDDE e o Ideb

De acordo com os entrevistados, os materiais pedagógicos e equipamentos permanentes adquiridos com os recursos do PDDE são aproveitados pelos professores na realização das aulas. Os materiais didáticos, a videoteca, os materiais esportivos, os jogos, o laboratório de informática possibilitam ao docente preparar aulas diversificadas, modernas, menos tecnicistas, através de atividades lúdicas e artigos com informações atuais obtidas através da internet.

De acordo com a maioria dos membros da UEx, estes investimentos contribuem na redução da evasão e da defasagem idade-série. O professor afirma que

Professor: com esses materiais você consegue dar aulas mais atrativas e aulas mais diversificadas, isso acaba atraindo mais os alunos para a escola. Através do PDDE, por exemplo, a gente conseguiu fazer festivais de músicas na escola, um dia melhor para o dia do estudante, já que a escola tinha mais equipamentos de som, de imagem.

Nesta direção, o ATB 2 explicita que

ATB 2: a escola vem tentando ser um espaço interessante, por exemplo: mesmo que hoje em dia está tendo a questão da informática, do wi-fi, do tablet, do celular, mas a escola vem tentando atrair o aluno nessa questão de dentro do recurso, alocar produtos que sejam interessantes pedagogicamente, que atraiam o aluno, que o mantenham.

O discente 1 afirma que há certo descuido com a evasão escolar, pois não há esforços para compreender as situações que levam os estudantes a desistir dos estudos. A professora compreende que a situação atual dos recursos “contribui para a evasão escolar, porque a escola ainda não é bem estruturada, atrativa para o aluno”.

Em se tratando das contribuições dos recursos do PDDE nos resultados desta escola no IDEB, os entrevistados reafirmaram as contribuições dos equipamentos na realização de aulas mais dinâmicas e a possibilidade de realização de projetos. Ademais, a professora e o ATB 1 destacaram que o PDDE poderia contribuir com a formação do docente, todavia, para isto, seria necessário aumentar a quantidade dos recursos. A seguir, três ponderações demonstram essas ideias:

Professor: propiciando uma melhor qualidade de trabalho e consequentemente você tendo uma qualidade de trabalho melhor, você além de usar recursos visuais por exemplo, você pode dar uma aula mais rica, automaticamente passando mais informações, dando ao aluno uma visão diferente ou veículo diferente de informação melhorando o aprendizado dele.

Professora: aumentando os recursos para investir na escola, na formação docente, materiais permanentes e para o professor, que contribuam com a qualidade da aula e do trabalho do professor e demais profissionais da escola.

ATB 1: seria mais cursos de formação, incentivando os professores a inovar cada vez mais a maneira, a forma de passar, de transmissão dos conteúdos e disciplinas, buscando inovar.

É consensual na UEx que o PDDE ocasionou inovações na realidade dessa escola. De acordo com seus membros, os projetos desenvolvimentos através do PDDE ampliaram a boa reputação da entidade; os alunos tornaram-se mais participativos, houve a introdução da música como recurso didático e, nos momentos de confraternização e reuniões na escola, os bens de consumo modificaram para melhor o seu funcionamento. Entretanto, a professora

afirma que “de forma geral, a escola teve uma pequena melhora na rede física e projetos pedagógicos, nada tão visível”. Contrapondo essa visão, o ATB faz uma avaliação pessoal e diz que

ATB 2: eu estou aqui, eu já trabalhei aqui de 93 a 96, com a realidade de hoje, mesmo com os recursos aparentemente pequenos, a compra direta do produto, do material, a consulta aos representantes de turma, aos representantes das categorias, já tem sido bastante significativo na tentativa de atender da melhor forma possível o aluno.

Estas transformações na realidade escolar proporcionadas pelo PDDE, segundo os entrevistados, se convertem em melhor desempenho escolar dos alunos, e isto acaba sendo perceptível através dos melhores resultados nas avaliações por disciplinas, avaliações internas e externas, do aumento na participação dos alunos, do interesse em estudar e da valorização dos estudos. Resumidamente, o ATB 2 afirma que “eu acho que o recurso de forma direta ele contribui para a melhoria da qualidade do ensino, a promoção, o aproveitamento, e o estímulo”.

Além das contribuições do PDDE no rendimento escolar, os entrevistados informaram que esse programa tem contribuído também na formação social, isto é, na formação do discente enquanto cidadão.

Diretora: a parte social, que ajuda muito porque ali os alunos não têm quem tem mais ou quem tem menos, então todo mundo participa. É um entrosamento que eles foram com esses projetos, que enriquecem muito. A família também, porque traz a família para a escola.

Professor 1: esse aluno utiliza vários equipamentos e esse aluno tem um conhecimento muito maior sobre outras mídias, por exemplo: sessões de cinema, retroprojeto, e outras coisas construtivas.

ATB 1: a escola em geral é a formação do cidadão. O momento que eles estão aqui eles estão se formando e preparando para a vida.

ATB 2: nós vivemos numa região muito carente, no que se refere ao tempo integral, à alimentação, área de esporte, lazer, as aulas diversificadas, contribui sim... dessa forma.

Discente 1: com certeza, desenvolvimento como cidadão.

Discente 2: a oportunidade e o direito do aluno participar do colegiado e poder estar votando nessas decisões, como representante já influencia bastante a vida do estudante.

Ressalta-se que, além das influências do PDDE, há outros projetos pedagógicos na E. E. Comendador Murta que objetivam a melhoria do aproveitamento escolar do aluno em relação ao IDEB. Segundo os membros existem:

Professor: projetos; nós tínhamos um projeto tipo vestibular, onde, aos sábados, a gente reforçava as matérias e o conteúdo, inclusive usando inclusive aqueles alunos que eram melhores em sala de aula para repassar o conteúdo e frisar e até recapitular para alunos que muitos iam tentar o Ifet e outros vestibulares da vida, os processos seletivos e, inclusive o ENEM.

Professora: projetos pedagógicos em parceria com entidades parceiras, tais como: visão mundial, EMATER, AMAI, Prefeitura Municipal. Projetos: Gincalendo - Português/incentivo à leitura; AMA-Meio ambiente; Nossas Raízes- Cultura; Música e Dança- Esporte e Lazer.

ATB 1: Projetos de ciências, de música e dança que incentiva o esporte, tem projeto de meio ambiente, o AMA, voltado para a ecologia. então tudo destina um pouco dos métodos para cada disciplina, ajuda o aluno a conhecer melhor.

ATB 2: as bibliotecárias hoje oferecem aula de reforço, se já é voltado especificamente para o sistema de avaliação externa, eu não posso te dizer.

Discente 1: tinham projetos, bastante projetos e em várias áreas. Tanto em Ciências, quanto Matemática, isso desenvolveu bastante.

Discente 2: Tem. Na minha época tinha Gincalendo que era gincana de leitura, Música e Dança, que ajudava o aluno a interagir. No Gincalendo, a atividade influenciava bastante os alunos a ler, a estar estudando mais. Tinha também o grupo de estudo, na minha época de escola, que ajudava bastante.

Nota-se a que a escola enfatiza no decorrer do ano letivo o trabalho pedagógico através de projetos de ensino.

Ao questionar os membros da UEx sobre sugestões para melhorar o aproveitamento dos recursos do PDDE na escola, obteve-se como resposta: a importância de aumentar os recursos, maior democratização no acesso, planejamento por parte do governo na destinação e quantitativo dos recursos, maior flexibilidade na aplicação dos recursos, melhor investimento no aluno e na comunidade escolar.

Portanto, compreende-se, a partir das avaliações dos membros da Unidade Executora, que a aplicação dos recursos do PDDE na E. E. Comendador Murta influenciou positivamente a realidade escolar, proporcionando modernizações nos recursos do processo ensino-aprendizagem através das novas tecnologias, ocasionando melhorias no rendimento escolar que se refletiram no Ideb.

Contudo, na realidade estudada, para melhorar o aproveitamento dos recursos, faz-se necessário avançar em relação à quantidade dos recursos, democratização do acesso, flexibilidade na aplicação e planejamento, por parte do governo, no que se refere à qualidade da destinação e valores dos repasses. É preciso uma leitura mais “*in loco*”, para qualificar os valores e sua vinculação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo objetivou analisar a gestão dos recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) de 2009 a 2013, bem como discutir os efeitos desses investimentos na Escola Estadual Comendador Murta, em Itinga-MG, tendo como base as percepções da sua Unidade Executora(UEX).

Diante dos dados obtidos na pesquisa, foi possível inferir que a aplicação dos recursos do PDDE na Escola Estadual Comendador Murta atendeu necessidades importantes ao funcionamento escolar e, mesmo sem o planejamento devido, contribuiu com o processo de ensino aprendizagem na instituição.

A Unidade Executora dos recursos do PDDE na E. E. Comendador Murta tem procurado realizar uma gestão democrática, mas ainda prevalecem os aspectos técnicos nas pautas das reuniões, assim como ocorrem limitações na participação dos alunos nas decisões e na elaboração de projetos escolares. Além disso, o distanciamento provocado pela falta de comunicação entre os setores, compromete a qualidade dos processos democráticos no ambiente escolar e o alcance dos resultados. Todavia, a omissão de informações aponta problemas de transparência fiscal na gestão escolar.

A maior parte dos recursos do PDDE foram aplicados em custeio, em melhorias nas instalações, equipamentos e em materiais pedagógicos, que influenciaram positivamente a realidade escolar, com modernização no ambiente e inovações no processo ensino-aprendizagem, através do uso de novas tecnologias. Na sua proporção, ocasionaram melhorias no rendimento escolar e nos resultados no Ideb, conforme a percepção dos sujeitos respondentes da pesquisa.

Apesar disso, os entrevistados fizeram sérias críticas às exigências do FNDE quanto à aplicação dos recursos do PDDE em relação à destinação linear de recursos sem considerar as especificidades locais; às categorias de gastos que restringem a destinação dos recursos; à supervalorização do menor preço nas licitações e à falta de discussões sobre os resultados alcançados com o PDDE.

Desse modo, configurou-se um modelo de Estado com características descentralizantes, embora centralizador em suas definições prévias de objetivos, regulamentações, avaliação, no campo político-social, de modo que a redefinição de suas funções não tenha implicado na diminuição ou descentralização do seu poder (RAMOS, 2012).

Além disso, o critério adotado pelo FNDE para cálculo dos valores descentralizados não leva em consideração a comunidade escolar, a realidade da escola e dos alunos atendidos,

principalmente em relação ao quantitativo permanente. Para Ramos (2012) essas praticas desconcentradoras transformam as instituições escolares em unidades administrativas detentoras do compromisso de colocar em ação políticas idealizadas em nível federal.

Diante disso, é preciso “descer” até a realidade escolar para flexibilizar os critérios de transferência e de vinculação de gastos de forma qualitativa.

Para melhorar o aproveitamento dos recursos do PDDE na realidade estudada, é preciso avançar em relação à quantidade dos recursos na proporção da qualidade que se busca, a democratização do acesso, a flexibilidade na aplicação e o planejamento discutido entre escolas e governo, em se tratando da destinação e valores descentralizados.

A ausência de alguns dados no FNDE e na própria escola foram fatores que dificultaram a realização desta pesquisa, mas não comprometeram o alcance dos objetivos. Em última análise, espera-se que estes resultados possam provocar novos estudos sobre o tema e assuntos a ele relacionados, devido à necessidade de avaliação permanente sobre a qualidade do financiamento das políticas e programas educacionais no Brasil.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, T.; PERONI, V. Implicações do Programa Dinheiro Direto na Escola para a Gestão da Escola Pública. *Educação Social*, Campinas, v. 28, n. 98, p. 253-267, jan./abr. 2007.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências*. Rio de Janeiro, 2002.

_____. *NBR 6027: informação e documentação: sumário*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *NBR 6028: informação e documentação: resumo*. Rio de Janeiro, 2003.

_____. *NBR 6032: informação e documentação: abreviação de títulos de periódicos*. Rio de Janeiro, 1989a.

_____. *NBR 6033: ordem alfabética*. Rio de Janeiro, 1989.

_____. *NBR 10520: informação e documentação: citações em documentos*. Rio de Janeiro, 2002.

AZEVEDO, J.M.L. de. Implicações da Nova Lógica de Ação do Estado para a Educação Municipal. *Educação Social*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 49-71, set. 2002.

BECKER, F.R.; COSTA, C.M. Ideb: a construção de um indicador e o seu papel nas relações entre o Governo Federal e os governos locais. In: VI Encontro de Administração Pública e Governança, 2014, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte: ANPAD, 2014.

BRANCO, M.M.P. *Programa Dinheiro Direto na Escola: o papel das unidades executoras na gestão de escolas públicas do município de Araçatuba - de 2003 a 2005*. 2006. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Católica Dom Bosco. Campo Grande. 2006. Disponível em: <http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7865-programa-dinheiro-direto-na-escola-o-papel-das-unidades-executoras-na-gestao-de-escolas-publicas-do-municipio-de-aracatuba-de-2003-a-2005.pdf>. Acesso em 07 jul. 2016.

BRASIL. Constituição (1998). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado Federal, 1988.

_____. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira-INEP. *O Ideb e o Censo Escolar da Educação Básica*. 2011. Disponível em <http://portal.inep.gov.br/web/educacenso/ideb>. Acesso em: 01 dez. 2016.

_____. Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE). *Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado*. Brasília, DF, 1995. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/documents/mare/planodiretor/planodiretor.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 03, de 04 de Março de 1997*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000003&seq_ato=000&vlr_ano=1997&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 07 jul 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 04, de 17 de Março de 2009*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000004&seq_ato=000&vlr_ano=2009&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 06, de 28 de Março de 2006*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000006&seq_ato=000&vlr_ano=2006&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 07 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 8, de 16 de Dezembro de 2016*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000008&seq_ato=000&vlr_ano=2016&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 10 fev. 2017.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 9, 34 de abril de 2007*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/3133-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-9-24-de-abril-de-2007>>. Acesso em: 10 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 10, de 22 de março de 2004*. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4245-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-10,-de-22-de-mar%C3%A7o-de-2004>>. Acesso em: 12 jan. 2016.

_____. Ministério da Educação. Conselho Deliberativo do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. *Resolução nº 19, de 15 de Maio de 2008*. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/fndelegis/action/UrlPublicasAction.php?acao=getAtoPublico&sgl_tipo=RES&num_ato=00000019&seq_ato=000&vlr_ano=2008&sgl_orgao=CD/FNDE/MEC>. Acesso em: 15 abr. de 2016.

_____. Ministério da Educação. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física*. Brasília, DF, 1997. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro07.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. *Subsídios ao Ministério Público para acompanhamento do FUNDEB*. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://ftp.fnde.gov.br/web/fundeb/cartilha_subsidio_mp_fundeb.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Presidência da República. *Lei nº 11.947, de 16 de Junho de 2009*. Brasília, DF 2009. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/845673.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Presidência da República. *Medida Provisória nº 1.784, 14 de dezembro de 1998*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/antigas/1784.htm>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Presidência da República. *Medida Provisória nº 2.100-31, de 24 de abril de 2001*. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas_2001/2100-31.htm>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. LDB. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: nº 9.394/96*. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. Ministério da Educação. Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica-FNDE. *Manual de Orientações para as Escolas*. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/pdde/manual_orientacao_escolas_2006_pdde.pdf>. Acesso em 24: set. 2017.

CAMPOS, M.; SILVA, N. M. A. *Gestão Escolar e suas competências: um estudo da construção social do conceito de gestão*. 2009. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/2736_1234.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

CARDOSO, J.C.M.. *O PDDE como instrumento de democratização da gestão escolar no Pará*. 2009.156 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Pará. Belém.2009.Disponível em: < http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/2989/1/Dissertacao_PPDEInstrumentoDemocratizacao.pdf>. Acesso em: 07 jul 2016.

_____. J.A. de; DUARTE, B. C. *Descentralização da Educação Pública no Brasil: Evolução dos Gastos e Matrículas*. Anped, GT05 - Estado e Política Educacional. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/descentralizacao-da-educacao-publica-no-brasil-evolucao-dos-gastos-e-matriculas>>. Acesso em: 10 de fev. 2017.

CAVALCANTI, A.F.; SILVA, C.G.M. da; SILVA, M.Z.T. da. *Merenda Escolar: Uma Questão de Saúde e Cidadania*. Disponível em:< <http://www.eventosufrpe.com.br/jepex2009/cd/resumos/R0077-1.pdf>>. Acesso em: 05 de set. 2017.

COSTA, C. C. R. C. da. O Ideb como Indicador da Qualidade da Educação Brasileira: O Caso da Região Sudeste. *E-xacta*, Belo Horizonte, v. 03, n. 02, p. 03-23,jan/dez. 2010.

CORONEL, F. R. *Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE): o Processo de Gestão da Escola Pública da Rede Estadual de Campo Grande, MS (2002 - 2005)*. 2006, 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação).Universidade Católica Dom Bosco, Programa de Pós – Graduação em Educação. 2006. Disponível em: <<http://site.ucdb.br/public/md-dissertacoes/7861-programa-dinheiro-direto-na-escola-pdde-o-processo-de-gestao-da-escola-publica-da-rede-estadual-de-campo-grande-ms-2002-2005.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

CRUZ, R. E. da. *Pacto federativo e financiamento da educação: a função supletiva e redistributiva da União-FNDE em destaque*. 2009, 434 f. Tese (Doutorado em Educação)- Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 2009.Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-11122009-101928/pt-br.php>>. . Acesso em: 07 jul. 2016.

CUNHA, M.C. A *Descentralização da Gestão da Educação e a Municipalização do Ensino, como Temas de estudos recentemente produzidos no Brasil*. GT05 - Estado e Política Educacional. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/descentralizacao-da-gestao-da-educacao-e-municipalizacao-do-ensino-como-temas-de>>. Acesso em: 10 fev 2017.

CURY, C.R.J. A Educação Básica no Brasil. *Educação Social*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002.

DOURADO , L.F.; OLIVEIRA, J.F. de. A Qualidade da Educação: Perspectivas e Desafios. *Cadernos Cedes*, Campinas, v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

FABRINO, R.J.G. *Efetividade do Investimento em Educação: planejando gasto público e resultado educacional no Brasil*. Curitiba: Prismas, 2015.

FARENZENA, N. Políticas de assistência financeira da União no marco das responsabilidades (inter) governamentais em Educação Básica. In: *Federalismo e Políticas Educacionais na Efetivação do Direito à Educação no Brasil*, 2010, Curitiba. Anais Intercâmbio – Federalismo e Políticas educacionais na efetivação do direito à educação no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: ANPEd, 2010. p. 1-16.

FIALHO, N.N.; TSUKAMOTO, N.M. *Gestão democrática e educação de qualidade: desafios do gestor escolar*. Disponível em: < http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/365-0.pdf >. Acesso em :10 Fev 2017.

FNDE. Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica. *Formação pela Escola: Material Módulo PDDE / FNDE*, Brasília, DF, 2008. Disponível em: < ftp://ftp.fnde.gov.br/web/formacao_pela_escola/modulo_pdde_conteudo.pdf >. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. *Manual de Orientação para Constituição de Unidade Executora*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <<http://www.seduc.mt.gov.br/educadores/documents/fnde/pdde%20regular/manual%20de%20constru%C3%87%C3%83o%20da%20unidade%20executora%20pdde%20regular.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. *Relatório Anual de Execução do PDDE e PAED/ 2006*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <ftp://ftp.fnde.gov.br/web/paed/relatorio_de_execucao_paed_2006.pdf>. Acesso em: 24 set. 2017.

FREIRE. P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 22. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. *Educação Básica no Brasil na Década de 1990: Subordinação Ativa e Consentida à Lógica do Mercado*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 24, n. 82, abril, p. 93-130, 2003.

GADOTTI, M. *Diversidade e Educação a Todos*. Rio de Janeiro: GRAAL Ltda. 1992.

_____. M. *Qualidade na Educação: Uma Nova Abordagem*. In: Congresso de Educação Básica: Qualidade na aprendizagem. 2013. Disponível em :<http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/arquivos/pdf/14_02_2013_16.22.16.85d3681692786726aa2c7daa4389040f.pdf>. Acesso em: 06 out. 2016.

GOMES, C.A. *Gestão Educacional: para onde vamos?* Em Aberto, Brasília, v. 19, n. 75, p. 9-22, jul. 2002.

GONÇALVES, F.W.A.S; LUZ, L.X.; CRUZ, R.E da. *O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) como política educacional do Estado Contemporâneo*. Série-Estudos, Campo Grande - MS, n. 18, p. 127-142, jul./dez. 2004.

JEFFREY, D.C. *A Qualidade do Ensino Fundamental nos Anos 2000: Iniciativas*. In: Jeffrey, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Orgs). *Política Educacional Brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. Cap.2.

INEP. *Instituto Nacional de Educação e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira*. Disponível em:< <http://portal.inep.gov.br/web/guest/inicio>>. Acesso em: 24 set. 2017.

LIMA, A.B. de; VIRIATO, E.O. *As Políticas de Descentralização, Participação e Autonomia: Desestatizando a Educação Pública*. Anped, GT05 - Estado e Política Educacional. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/politicas-de-descentralizacao-participacao-e-autonomia-desestatizando-educacao>>. Acesso em: 10 fev 2017.

MAFASSIOLI, A.S. *20 anos do Programa Dinheiro Direto na Escola: um olhar crítico sobre as interferências na gestão escolar e financeira pública*. Fineduca, Porto Alegre, v. 5, n. 12, dez, 2015.

MARTINS, P.S. O financiamento da educação básica como política pública. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Goiânia-GO, v. 26, n.3, p. 497-514, set./dez. 2010.

MOREIRA, V.M. *Gestão Educacional e Prática Docente na Realidade Escolar*. *Enciclopédia Biosfera*, Goiânia, v.8, n.15; p. 2 3 4 6- 2 3 7 4, nov.2012.

OLIVEIRA, M.N de. *A Gestão Descentralizada da Educação no Estado da Bahia: A Proposta de Municipalização do Ensino Fundamental*. Anped, GT05 - Estado e Política Educacional. 2006. Disponível em:< <http://www.anped.org.br/biblioteca/item/gestao-descentralizada-da-educacao-no-estado-da-bahia-proposta-de-municipalizacao-do>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

PALMA FILHO, J.C. *Política Educacional Brasileira Educação Brasileira numa década de incerteza (1990-2000): avanços e retrocessos*. São Paulo: Cte Editora, 2005.

PINHEIRO, I.F. *Programa Dinheiro Direto Na Escola (PDDE) – implicações na gestão, no financiamento e na qualidade do desempenho da Educação Básica: Estudo de Caso – modalidade Tempo Integral*. 2012, 81 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2012. Disponível em: <<https://repositorio.ufjf.br/jspui/bitstream/ufjf/1691/1/iaraferreirapinheiro.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

PINTO, J.M.R. Financiamento da Educação no Brasil: Um Balanço do Governo FHC (1995-2002). *Educação Social*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 108-135, setembro/2002.

PERONI, V.M.V. Programa Dinheiro Direto na Escola: Uma Proposta de Redefinição do Papel do Estado na Educação?. *Ver a educação*, Belém, v. 11, n. 1 e 2, p. 11-23, jan./dez., 2005.

_____. V.M.V. *O estado brasileiro e a política educacional dos anos 90*. In: 23ª reunião da ANPED, Caxambu-MG, 2000. Disponível em: <<http://23reuniao.anped.org.br/textos/0508t.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

_____. V.M.V. Perspectiva da gestão democrática da educação na elaboração de políticas públicas: a constituinte escolar de Mato Grosso do Sul. *Série Estudo Periódico do Mestrado em Educação da UCDB*, Campo Grande-MS, n.18, p. 49-62, jul./dez. 2004.

PORTELA, E.N. *A política de Descentralização de Recursos Públicos para o Ensino Fundamentale seus Reflexos na Gestão da Qualidade do Ensino Público Municipal*. 2006, 174 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Católica de Brasília, Programa de Pós-Graduação “Stricto Sensu” em Educação. 2006. Disponível em: <<https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/bitstream/123456789/850/1/Texto%20Completo.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

RAMOS, G.P. De Figurante da Educação Básica à Coadjuvante na Política Educacional Brasileira: O Ensino Médio nos últimos Dez Anos. In: Jeffrey, Debora Cristina; AGUILAR, Luis Enrique (Orgs). *Política Educacional Brasileira*. Campinas: Mercado de Letras, 2012. Cap. 3.

REZENDE, V.M. *Descentralização ou Desconcentração? O Controle dos Gastos com a Educação: uma ação que supera a autonomia da escola*. Anped, GT05 – Estado e Política Educacional. 2005. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/descentralizacao-ou-desconcentracao-o-controle-dos-gastos-com-educacao-uma-acao-que>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

SANTANA, K.C. *Efeitos do Programa Dinheiro Direto na Escola na Gestão Escolar*. 2011. 176 f. Dissertação (Mestre em Educação). Universidade Federal de Viçosa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Viçosa, 2011. Disponível em: <<http://locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/3422/texto%20completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 set. 2017.

SANTOS, A.S.R dos. *Financiamento da Educação no Brasil: o estado da arte e a constituição do campo (1996-2010)*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

SANTOS, E. Educação crítica: Uma via apontada por educadores e estudantes para a transformação social. 2010. Disponível em: <<http://www.unisul.br/wps/wcm/connect/fd822574-b214-4935-a5b9-828b02d7b67d/educacao-critica.pdf?MOD=AJPERES>> . Acesso em: 24 set. 2017.

SANTOS, P.S.M.B.S. *Guia Prático da Política Educacional no Brasil: Ações/Planos/Programas/Impactos*. 2. ed. ver. e ampl. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SANTOS, S.L.O. dos. *As Políticas Educacionais e a Reforma do Estado no Brasil. 2010*, 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política- PPGCP. 2010. Disponível em: <<http://www.uff.br/dcp/wp-content/uploads/2011/10/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-2010-Sebasti%C3%A3o-Luiz-Oliveira-dosSantos.pdf>>. Acesso em: 07 jul. 2016.

SHIROMA, E. O.; MORAES, M. C. ; EVANGELISTA, O. *Política Educacional*. 4 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SILVA, F.C. da. *Políticas Federais como Indução de Políticas Municipais e Locais na Educação Básica*. Revista Eletrônica de Educação, São Carlos, v. 4, n. 2, p.05-19, nov. 2010.

SILVA, S.P. da; WAKIM, V.R.; WAKIM E.A.M. *A Transparência da Gestão Pública dos Municípios do Vale do Mucuri (MG): Uma Síntese do Déficit de Accountability – MEF24197 – BEAP*. Disponível em: <<http://www.etecnico.com.br/paginas/mef24197.htm>>. Acesso em: 24 set. 2017.

SOARES, J.F.; XAVIER, F.P. Pressupostos Educacionais e Estatísticos do IDEB. *Educação Social*, Campinas, v. 34, n. 124, p. 903-923, jul/set. 2013.

SOUZA JUNIOR. L. de. *Descentralização e Controle Social dos Recursos da Educação: Os Conselhos de Acompanhamento do Fundef*. Anped, GT05 - Estado e Política Educacional. Disponível em: <<http://27reuniao.anped.org.br/gt05/t059.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2017

_____. L. de. *FUNDEB: Novo Fundo, Velhos Problemas*. Anped, GT05 - Estado e Política Educacional. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/biblioteca/item/fundeb-novo-fundo-velhos-problemas>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

VIANNA, C.E.S. Evolução Histórica do Conceito de Educação e os Objetivos Constitucionais da Educação Brasileira. *Janus*, Lorena, v. 3, nº 4, p. 129-138, Jul. 2006.

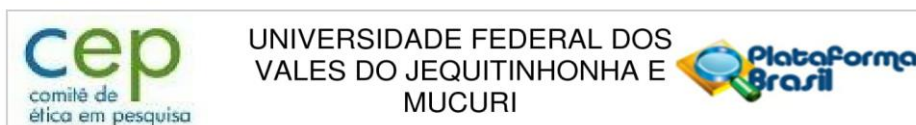
VIANA, F.G.M.; CAMPO, G.M. Aplicação de Recursos Públicos Federais e Transparência em Escolas Estaduais do Espírito Santo no Âmbito do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE. *Revista de Administração de Roraima*, Boa Vista, v. 4, n. 2, p.97-114, jul./dez. 2014.

VIDAL, E.M.; VIEIRA, S.L. Gestão educacional e resultados no Ideb: um estudo de caso em dez municípios cearenses. *Estudos em Avaliação em Educação*, São Paulo, v. 22, n. 50, p. 419-434, set./dez. 2011.

VIEIRA, S.L. Política(s) e Gestão da Educação Básica: revisitando conceitos simples. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, Natal, v.23, n.1, p. 53-69, jan./abr. 2007.

YANAGUITA, A.I. *Financiamento da educação no Brasil (1990-2010): impactos no padrão de gestão do ensino fundamental*. 2013, 142 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília, 2013. Disponível em<https://www.marilia.unesp.br/Home/PosGraduacao/Educacao/Dissertacoes/YANAGUITA_A_I_DO_2013.pdf>. Acesso em: 07 Jul. 2016.

ANEXO A: PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Continuação do Parecer: 2.292.419

Recomendações:

- Segundo a Carta Circular nº. 003/2011/CONEP/CNS, de 21/03/11, há obrigatoriedade de rubrica em todas as páginas do TCLE pelo sujeito de pesquisa ou seu responsável e pelo pesquisador, que deverá também apor sua assinatura na última página do referido termo.

- Relatório final deve ser apresentado ao CEP ao término do estudo em 30/10/2017. Considera-se como antiética a pesquisa descontinuada sem justificativa aceita pelo CEP que a aprovou.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O projeto atende aos preceitos éticos para pesquisas envolvendo seres humanos preconizados na Resolução 466/12 CNS.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_961472.pdf	18/09/2017 16:43:00		Aceito
Declaração de Instituição e Infraestrutura	Documento1.pdf	18/09/2017 16:41:19	DANIELLY PINHEIRO GUSMAO SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	23/08/2017 07:56:53	DANIELLY PINHEIRO GUSMAO SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODEPESQUISA23.pdf	23/08/2017 07:51:09	DANIELLY PINHEIRO GUSMAO SOUZA	Aceito
Cronograma	Cronograma23.pdf	23/08/2017 07:48:51	DANIELLY PINHEIRO GUSMAO SOUZA	Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoAssinada.pdf	14/07/2017 13:06:36	DANIELLY PINHEIRO GUSMAO SOUZA	Aceito

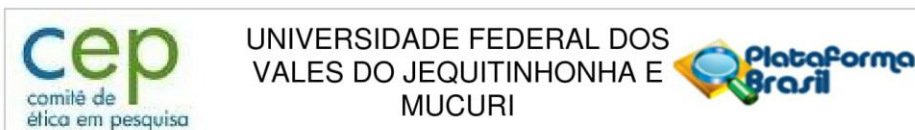
Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
 Bairro: Alto da Jacuba CEP: 39.100-000
 UF: MG Município: DIAMANTINA
 Telefone: (38)3532-1240 Fax: (38)3532-1200 E-mail: cep@ufvjm.edu.br



Continuação do Parecer: 2.292.419

DIAMANTINA, 22 de Setembro de 2017

Assinado por:
Disney Oliver Sivieri Junior
(Coordenador)

Endereço: Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000
Bairro: Alto da Jacuba **CEP:** 39.100-000
UF: MG **Município:** DIAMANTINA
Telefone: (38)3532-1240 **Fax:** (38)3532-1200 **E-mail:** cep@ufvjm.edu.br